

Quadro Negro



Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXVI - Nº 194 - Julho/2015

www.sinprodf.org.br

Distritais desfiguram o currículo escolar

Servidor é assombrado por atraso de salário

Sindicatos reagem a arrocho do GDF

Faltam 3,5 mil professores

CATEGORIA É

MAIOR

QUE OS ATAQUES SOFRIDOS

CONGRESSO DE EDUCAÇÃO PAULO FREIRE COMEÇA EM 27 DE AGOSTO

3

75% DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO SÃO DA EDUCAÇÃO

6

CUT BRÁSILIA ELEGE NOVA DIRETORIA PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS

9

FALTA DE REAJUSTE NO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO QUEBRA CATEGORIA

12

Expediente

Sinpro(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
 Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
 Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
 Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
 Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Jornalistas: André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado e Tomaz de Alvarenga
Fotos: Deva Garcia e ECOM
Diagramação e capa: Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 38.000 exemplares
 Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
 Carlos Cirane - Coordenador
 Cláudia Bullos
 Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS
 Isabel Portuêz de S. Felipe - Coordenadora
 Francisco Raimundo (Chicão)
 Sílvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
 Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
 Elaine Amâncio Ribeiro
 Wjairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS
 Dimas Rocha - Coordenador
 Ison Veloso Bernardo
 Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS
 Eliceuda Silva França - Coordenadora
 Neliane Maria da Cunha
 Vilmaria Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS
 Rosilene Corrêa - Coordenadora
 Luiz Alberto Gomes Miguel
 Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL
 Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
 Magnete Barbosa Guimarães
 Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
 Cláudio Antunes Correia - Coordenador
 Cleber Ribeiro Soares
 Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE
 Wiviane Farkas - Coordenadora
 Dulceir Barbosa (Meire)
 Delzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR
 Maria José Correia Muniz - Coordenadora
 Manoel Alves da Silva Filho
 Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
 Julio Barros - Coordenador
 Luciana Custódio
 Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL
 Berenice D'Arc Jacinto - Coordenadora
 Fernando Reis
 Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
 Gabriel Magno - Coordenador
 Iolanda Rodrigues Rocha
 Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL
 Gardênia Lopes dos Santos
 Maria Cristina Sant'ana Cardoso
 Jailson Pereira Sousa
 Marcos Alves Pires
 Regina Márcia de Assis Santos



CATEGORIA VAI À LUTA E REVERTE QUADRO NEGATIVO PARA A EDUCAÇÃO

O primeiro semestre de 2015 foi de extrema mobilização de professores(as) e orientadores(as) para barrar ataques vindos do Executivo e do Legislativo locais, que poderiam ter causado verdadeiros estragos à categoria, à educação pública no Distrito Federal e à sociedade.

Mesmo com toda intolerância e intransigência, que marcaram essas iniciativas, conseguimos - pela mobilização e luta - reverter o quadro e a maioria dos ataques. A categoria é de luta e vai defender sua pauta de reivindicações.

Logo de início, nos deparamos com a alteração do calendário escolar e com o anúncio do parcelamento até outubro do 13º salário dos aniversariantes do ano passado; sem falar que o GDF não queria pagar o reajuste salarial. Fomos à luta, realizamos assembleias e mobilizações, pro-

vocamos os deputados distritais a encamparem nossa luta e provamos que a alegada falta de recursos era uma falácia. O resultado veio e o governo se viu obrigado a reavaliar sua postura, pagando os direitos da categoria.

Tivemos que enfrentar o retrocesso, a censura - seja com a edição da Circular nº 11 da SEDF (proibindo que professores(as) e diretores(as) divulgassem qualquer informação a respeito das escolas), seja com o PL da Mordça, originado na Câmara Legislativa. Novamente, a categoria, ciente do seu papel na sociedade, ocupou os espaços para denunciar essas manobras, demonstrando o retrocesso que elas representam. No caso da circular da Secretaria de Educação, o GDF - embaraçado e sem justificativa para fundamentar a medida - teve que recuar.

Mas a tentativa de censura aos docentes prosseguiu com o PL da

Mordça, ainda mais danoso. Este projeto quer, no fundo, enquadrar a educação e os educadores. No entendimento do Sinpro, o projeto de lei impede os(as) professores(as) de ensinar e os(as) estudantes(as) de aprender. Resumidamente, o projeto supõe que não há profissionalismo, que falta ética aos professores. Um verdadeiro absurdo, pois caminha exatamente no sentido contrário da formação de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos. O Sinpro defende a escola plural, que incentive estudantes a discutir os fatos da história e da atualidade, e, para isso, o debate não pode ser cerceado.

Fechando o semestre, o GDF encaminhou à CLDF, em regime de urgência, três projetos de lei (nºs 19, 20 e 21) que atingem em cheio a previdência dos servidores públicos. O de nº 19 instituiu o Regime de Previdência Complementar, fixa limite máximo

para a concessão de aposentadorias e pensões e autoriza a criação de entidade de previdência complementar. Em outras palavras, o mercado, com sua flutuação e instabilidade, é quem definirá os ganhos do(a) servidor(a) na aposentadoria. O magistério público, juntamente com outras categorias, pressionou parlamentares, fez inúmeras atividades, provocou uma audiência pública na Câmara, o que acabou retirando a urgência de tramitação solicitada pelo governo.

Mas estejamos atentos, pois a nossa luta terá desdobramentos. Apesar de certo abrandamento, esses projetos nefastos continuam sua tramitação. Não diferente, o próximo semestre vai exigir de todos os professores e professoras a mesma determinação com a qual fizemos acontecer os primeiros meses deste ano para evitar o retrocesso e a retirada de direitos.

EM AGOSTO, SINPRO REALIZA 10º CONGRESSO DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PAULO FREIRE

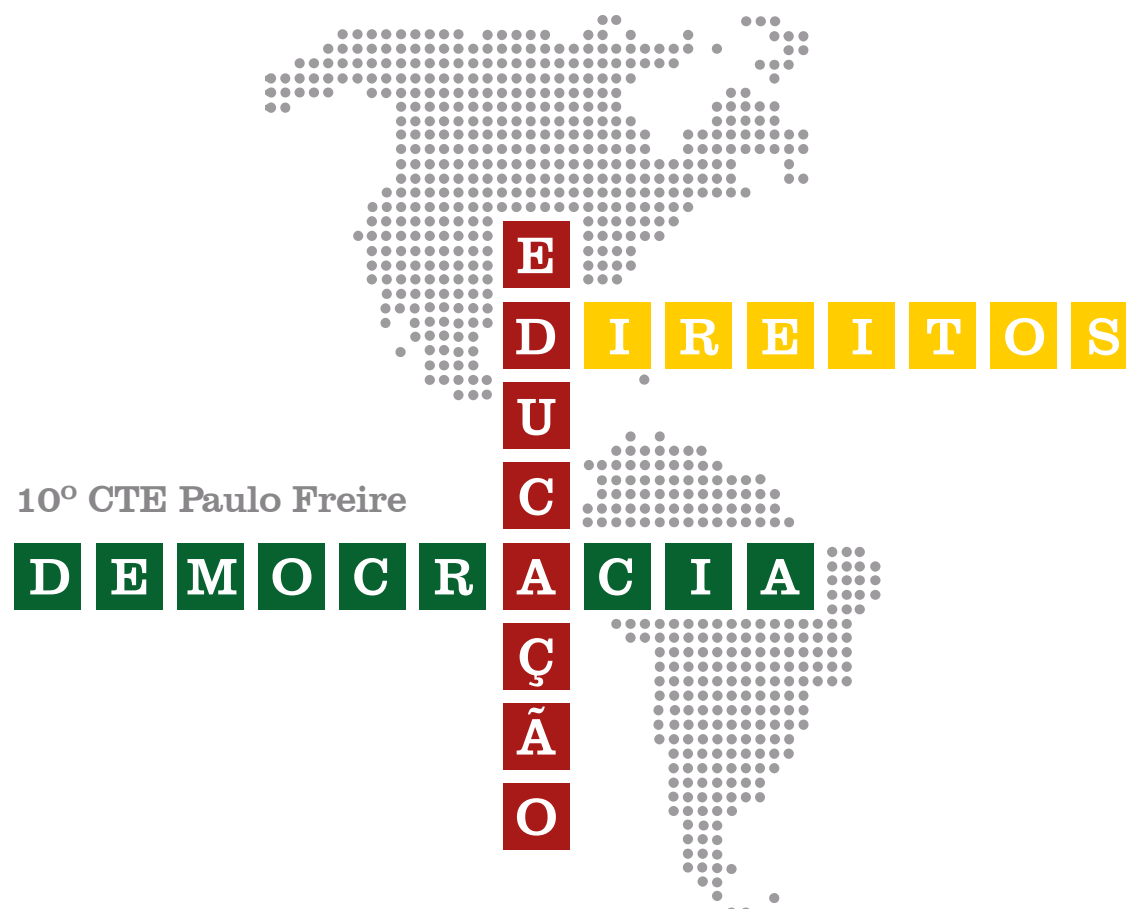
NO ENCONTRO BIANUAL, CATEGORIA VAI ATUALIZAR O DEBATE SOBRE TEMAS QUE ESTÃO NA ORDEM DO DIA E AMEAÇAM AS CONQUISTAS, OS DIREITOS, A EDUCAÇÃO E ATÉ A SAÚDE DO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA E DEFINIR COMO SERÁ O ENFRENTAMENTO

Entre 27 e 30 de agosto, professores(as) da rede pública de ensino vão se debruçar sobre temas que afetam o magistério público. Esse debate ocorrerá no 10º Congresso de Trabalhadoras(es) em Educação Paulo Freire do Sinpro, a ser realizado no Centro de Eventos e Treinamento (CNTC), na SGAS 902.

Com o tema “Educação, democracia e direitos”, o congresso debaterá o Plano Distrital de Educação (PDE), saúde do trabalhador, a avaliação/meritocracia, financiamento da educação (pré-sal), reforma política e outros temas que, embora estejam fora dos muros da escola, afetam o fazer acadêmico, o magistério, o salário e, enfim, a vida do (a) professor (a).

A diretoria colegiada convoca a categoria a participar, uma vez que 2014 e 2015 têm sido anos de acirramento da disputa de projetos políticos e econômicos no Brasil. Além de vários direitos ameaçados pelo atual governo, corremos o risco de perder conquistas e ver instalada, na rede pública, a meritocracia.

No entendimento da diretoria, a luta do movimento sindical extrapola as questões corporativas, até porque, para assegurar conquistas, é preciso intervir em todos os setores da vida em sociedade. O enfrentamento em defesa de direitos pedagógicos, salariais, trabalhistas e, sobretudo, a garantia do financiamento global da educação, até pelos recursos do pré-sal, e fundamentada nos princípios do PDE e PNE, precisa da unidade da categoria.



Daí a inspiração no educador Paulo Freire. Para ele, “não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, dizia.

O tema do 10º Congresso reflete a necessidade de a categoria se unir à luta para garantir a continuidade e o aprofundamento de políticas que fortaleçam e construam uma sociedade democrática.

A diretoria avalia que somente com uma educação

pública, gratuita, socialmente referenciada, livre de todo tipo de opressão, como, por exemplo, a Lei da Mordaza, terá uma sociedade justa. O tema do nosso congresso deste ano traz a defesa da democracia como um dos pilares dessa mudança estrutural, que começou no início da década de 2000; o tema da educação como fator transformador; e os direitos, uma vez que, neste ano de 2015, temos tido de lutar contra ataques aos direitos trabalhistas já conquistados.

A diretoria entende que as mudanças estruturais na política e na economia são fundamentais para a consolidação de um projeto de desenvolvimento

democrático-popular capaz de ampliar a capacidade do Estado de investir em infraestrutura e em políticas públicas voltadas para o atendimento da população, em especial nos setores de educação, saúde, mobilidade urbana, segurança e proteção social.

No 10º Congresso, a categoria deverá fortalecer essa luta e reafirmar a educação como principal instrumento de inclusão social e de garantia dos avanços conquistados nos últimos 12 anos.

É por intermédio da educação que teremos uma sociedade formalmente educada, politicamente democrática, economica-

mente sustentável e socialmente justa. Todavia, para isso, precisamos concentrar esforço continuado a fim de que o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Distrital de Educação (PDE) sejam consolidados e permitam que o país dê um novo salto de qualidade na formação dos brasileiros.

Com base nessa concepção, a diretoria homenageia o educador Paulo Freire e convoca a categoria para rejeitar a neutralidade, buscando enfrentar essa conjuntura adversa para a categoria e para a Educação.

As lideranças sindicais do Sinpro acreditam que os desafios exigem uma resposta rápida e um posicionamento claro. Assim, a ideia é reforçar o ensinamento pedagógico de Paulo Freire que dizia, na obra “Pedagogia da Autonomia”, de 1996, que a neutralidade é um gesto de comodismo que resulta em perdas em todos os sentidos.

“Lutar pelo direito que você, que me lê, professora ou aluno, tem de ser você mesma e nunca, jamais, lutar por essa coisa impossível, acinzentada e insossa que é a neutralidade. Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? ‘Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e descaso?”, dizia Freire.

PL DA MORDAÇA VOLTA A DEBATE NO SEGUNDO SEMESTRE LEGISLATIVO

ASSUNTO VAI EXIGIR AINDA MAIS MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA PARA EVITAR O RETROCESSO E A RETIRADA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Em 24 de junho, a categoria aderiu em massa ao Dia de Luta pela Liberdade de Ensinar e pelo Direito de Aprender – contra o PL da Mordança, convocado pelo Sinpro, enviando uma série de fotos ao Sindicato.

Apesar de toda intimidação feita pelos defensores da Lei da Mordança, a categoria não fraquejou e mostrou que é de luta e não permitirá a censura no ambiente escolar.

No contexto do PL da Mordança, por exemplo, entre os “deveres” do(a) professor(a) consta que o(a) docente não incitará seus estudantes a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

Ocorre que várias escolas já promoveram ações – caminhadas, manifestações – contra a violência, contra as más condições da estrutura física do ambiente escolar, entre muitas

outras. Pelo projeto, esse tipo de manifestação será impraticável, resumindo-se a aceitar a situação e a ficar calado - mas seguiremos até que o PL seja arquivado. No chão da escola, mordança não pisa.

Pior ainda – O PL da Mordança é um subproduto de outros que tramitam em âmbito federal. Um deles propõe que as escolas deverão apresentar aos pais ou responsáveis material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados. Trata-se de censura prévia de conteúdos.

Outro PL pretende criminalizar e colocar sob pena de reclusão o que ele classifica de “assédio ideológico”. Assim, a aprovação do PL da Mordança abre as portas para termos esse tipo de coisa implantada também no DF: docentes demitidos, reprovados no estágio probatório ou até mesmo presos em função

dos desdobramentos que o projeto possibilitará.

Mobilização e pressão - Com a pressão de professores e professoras, o Sinpro conseguiu com que a presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), deputada Celina Leão (PDT), firmasse compromisso de apresentar o PL da Mordança, em Plenário, somente no segundo semestre legislativo e garantiu que, antes da votação, promoverá um debate sobre o projeto entre o Sindicato e os proponentes do PL. Celina Leão assumiu esse compromisso na sessão ordinária da CLDF, realizada em Brazlândia, no dia 23 de junho, pelo chamado Câmara em Movimento.

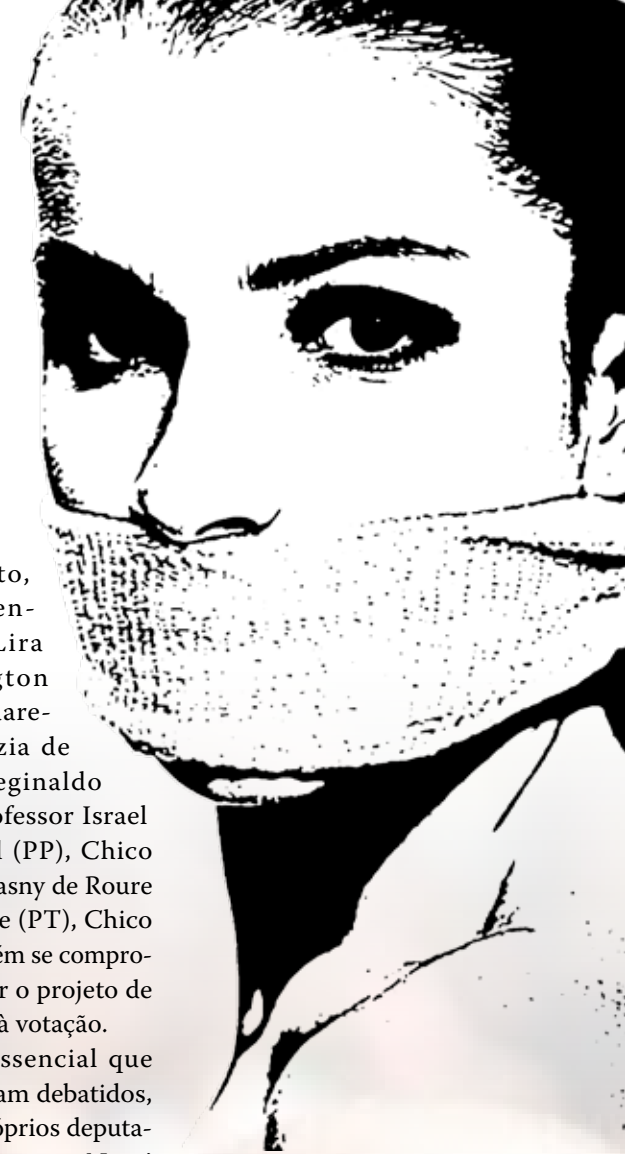
Vários (as) docentes participaram da sessão e cobraram dos parlamentares o compromisso com a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Durante o ato, outros parlamentares – como Lira (PSH), Wellington Luiz (PMDB), Juarezão (PRTB), Luzia de Paula (PEN), Reginaldo Veras (PDT), Professor Israel (PV), Dr. Michel (PP), Chico Vigilante (PT), Wasny de Roure (PT), Ricardo Vale (PT), Chico Leite (PT) – também se comprometeram a rejeitar o projeto de lei quando ele for à votação.

“É básico e essencial que projetos de lei sejam debatidos, inclusive pelos próprios deputados nos devidos espaços. Não é possível aceitar a forma açodada como este PL estava sendo conduzido”, destacaram diretores do Sindicato.

O fato é que a categoria docente rejeita qualquer tipo de mordança, e reafirmou esta posição na assembleia do dia 17 de junho, condenando, por unani-

midade o PL da Mordança. Historicamente, professores e professoras defendem a democracia no país e estão estarelecidos com a posição da Câmara Legislativa de encaminhar projetos que visam à retirada de instrumentos fundamentais para a convivência democrática na sociedade.



Professores e professoras protestam contra o PL da Mordança em desfile no aniversário de Brazlândia



Mobilização, nas escolas, contra a mordça



Polyelton de Oliveira Lima

Diretor de Políticas Sociais do Sinpro

Magistério: um risco que pode gerar prisão

Na contramão do processo democrático, três projetos de lei – o PL 01/15, da deputada distrital Sandra Faraj (Solidariedade) e os PLs 867/2015 e 1411/2015, dos deputados federais Izalci (PSDB/DF) e Rogério Marinho (PSDB/RN) – afrontam o direito à liberdade de ensinar, de pensar e de se manifestar. Não sendo suficiente a desvalorização, os baixos salários e a falta de prestígio, sobretudo dos governantes e parlamentares, os professores poderão ter que restringir os conteúdos e não abordar temas atuais,

podendo, inclusive, responder criminalmente com detenção de três meses a um ano e multa. A defesa da democracia passa pela ampla divulgação dos conhecimentos, pelo pluralismo de ideias, pelo respeito às diferenças e pelo direito à informação. Os projetos em análise questionam os ensinamentos filosóficos, sociológicos, científicos e históricos, condicionando os conteúdos à aprovação prévia da família. Em vez de aprovarem projetos que incentivem a participação das famílias nas escolas, os deputados brincam

com o processo pedagógico e desrespeitam os docentes. A história tem demonstrado que só a educação é capaz de construir uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e desenvolvida. Os projetos supracitados pretendem retirar do povo a capacidade de pensar, de analisar a conjuntura e de desejar um horizonte em que as pessoas não sejam manipuladas por mentes que têm medo do conhecimento. O que tanto temem esses parlamentares que não entendem de educação? Temem que o povo se liberte das amarras

daqueles que, durante séculos, aprisionaram e exploraram os mais necessitados. Não há educação que não seja libertadora. Se a sala de aula não oferecer condições para os estudantes desenvolverem o senso crítico, não há motivos para manter sua existência. A educação que não liberta evidencia a manipulação, o comodismo e a perpetuação das condições de exploração do ser humano. O que está ruim pode ficar pior. No PL da Mordça, por exemplo, só faltou o disque-denúncia. O que ainda pode acontecer.

Os royalties do petróleo são da educação

**NÃO
VAMOS
ABRIR
MÃO!**

TODOS TÊM DE TER DIREITO À EDUCAÇÃO

SEM DIALOGAR COM O PNE E SEM O FINANCIAMENTO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO, PÁTRIA EDUCADORA NÃO AVANÇARÁ AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO IMPLANTADAS NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

A educação é destaque nas políticas defendidas pela Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Ela reconheceu que o Brasil é o terceiro país que mais evoluiu na última década porque investiu em educação. E não é para menos: está provado que somente por meio da educação uma sociedade pode superar as desigualdades e iniquidades sociais, bem como alcançar a justiça social e construir um país democraticamente livre, uma economia sustentável e um povo formalmente educado.

“Nós, da diretoria colegiada do Sinpro, temos a clareza de que esse tipo de sociedade só é possível por intermédio da educação pública, gratuita, socialmente referenciada, inclusiva e com investimento financeiro público e estatal. Por isso, precisamos nos organizar para os enfrentamentos e desafios que têm sido impostos à classe trabalhadora em 2015, como este contra o Projeto de Lei 131/2015, do senador José Serra (PSDB),

apresentado sem alardes na grande mídia”, enfatizou Rosilene Corrêa, diretora do Sindicato.

Esse PL desobriga a Petrobras de participar da extração do pré-sal, diminuindo a participação da estatal nos consórcios de exploração em 30% e, com isso, modificando a Lei dos Royalties (Lei nº 12.351/2010), que partilha os recursos advindos dos royalties e destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a Educação.

Se esse PL for aprovado e o regime de partilha for substituído pelo de concessão, o Estado deixa de arrecadar 15% do total de óleo ou gás produzido no regime de partilha para obter entre 5% e 10% de receita no regime de concessão sobre o lucro das empresas. É evidente, como diz a nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que esse PL “visa a retirar a riqueza do povo brasileiro, transferindo-a às empresas privadas”.

O PL 131/2015 faz com que 75% dos royalties que iam para educação deixem de ir para este fim. Nos últimos 12 anos, além da aprovação dessa lei, o Brasil conseguiu universalizar o ensino fundamental, mas ainda falta universalizar a pré-escola e a creche, garantir o bom funcionamento do ensino médio e erra-

dicar a evasão escolar. “Precisamos investir também nas universidades públicas e gratuitas e nas pesquisas de ponta que elas desenvolvem. Precisamos desse recurso do petróleo porque, com ele, não precisamos de aumentar tributação”, diz a diretora.

Se isso ocorrer, o PNE torna-se inviável porque é do pré-sal que sai uma de suas principais fontes de financiamento. As metas do Plano definem o investimento anual de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em Educação, até 2024. Estabelecem ainda metas que vão desde a educação infantil até a pós-graduação, passando pela valorização dos (as) professores (as).

“Para garantirmos esse dinheiro, teremos de concentrar esforço continuado na defesa do Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Distrital de Educação (PDE), para que sejam consolidados e permitam que o país dê um novo salto de qualidade na formação dos brasileiros. É com essa luta que construiremos uma Pátria Educadora. Na nossa avaliação, não há como erguer uma pátria educadora sem pôr em curso o PNE. O PL 131/2015 não destrói somente a Lei dos Royalties, mas tudo o que dela depende, como o PNE, o qual se configura como uma pequena oportunidade de transformarmos este país em um

lugar melhor para se viver”, afirma a diretoria do Sinpro.

“Entendemos que, diante de Parlamentos conservadores como o Congresso Nacional e a Câmara Legislativa, precisamos de uma luta diária na sala de aula e na comunidade escolar a fim de mobilizar e envolver toda a sociedade. Não há Pátria Educadora sem PNE. Nós, professores e professoras da rede pública do Distrito Federal, queremos o avanço com inclusão social focada na educação. E insistimos que, para isto, é essencial construirmos uma articulação de toda a categoria com a sociedade para o sucesso do PNE”, prossegue Rosilene.

O Brasil continua sendo um país desigual e injusto, no qual a elite demorou 400 anos para criar a primeira universidade e nunca quis empoderar as classes pobres com conhecimento. “Há muito ainda o que se melhorar na educação. O PNE, o PDE e outras políticas públicas são apenas etapas desse processo, por isso, continuaremos lutando pela escola pública que sonhamos. Hoje, ainda vemos, nas salas de aula, com grande frustração, a quantidade imensa de talentos que se perdem. A defesa da educação é uma meta da escola, dos professores e da comunidade”, finaliza Rosilene.



PL DE JOSÉ SERRA ALTERA NORMAS DE EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL EDUCAÇÃO SAI PERDENDO

MEXER NO SISTEMA DE PARTILHA É RETIRAR DO POVO A GARANTIA DE QUE A RIQUEZA PRODUZIDA SEJA INVESTIDA NO BRASIL

Está em curso no Congresso Nacional um golpe para derrubar uma das principais conquistas do povo brasileiro. A Lei 12.351/2010, que criou regras soberanas para a exploração do pré-sal, pode ser alterada. Projeto de Lei 131/2015, do senador José Serra (PSDB/SP), quer tirar da Petrobras a função de operadora única destas reservas e acabar com a garantia de que a empresa tenha participação em pelo menos 30% dos campos licitados.

Os argumentos de Serra são conhecidos. Segundo o senador, “as crises internas da Petrobras estariam provocando um retardamento irreparável na exploração de petróleo no pré-sal”, colocando em xeque a capacidade de investimento da empresa.



Cleber Ribeiro Soares

Diretor de Imprensa e Divulgação do Sinpro

Daí, conclui Serra, “torna-se imprescindível então a revogação da participação obrigatória da estatal no modelo de exploração de partilha de produção, bem como da condicionante de participação mínima da estatal de, ao menos, 30% da exploração e produção de petróleo do pré-sal em cada licitação”.

A mesma lei que Serra quer alterar criou o Fundo Social do Pré-Sal, um fundo soberano, destinado a receber a parcela dos recursos do pré-sal que cabem ao governo federal, como royalties e participações especiais. Na distribuição dos royalties, 75% vão para a educação pública.

São mais verbas que podem significar o avanço da pauta dos educadores, como a valorização constante do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do Magistério, melhores estruturas para o ensino público e o efetivo cumprimento do Plano Nacional

de Educação (PNE).

Alterar a legislação deixa o pré-sal nas mãos das grandes empresas privadas. Um retrocesso sem tamanho.

Para o Sinpro, CUT e CNTE, os(as) educadores(as), petroleiros(as) e todo o movimento social brasileiro devem se unir novamente em uma frente popular para barrar os retrocessos e fazer valer as conquistas sociais que o petróleo pode trazer à sociedade brasileira.

Oportunismo - A lei que assegurou que o pré-sal seja explorado sob o regime de partilha de produção foi criada de forma democrática, após 15 meses de debates e votação no Congresso Nacional.

“Mexer no sistema de partilha é retirar do povo a garantia de que a riqueza produzida pelo pré-sal seja investida no Brasil”, alerta a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

“Não existe almoço grátis”

Com esta expressão, o delator Paulo Roberto Costa explicou a doação de várias empresas a campanhas políticas de candidatos dos mais variados partidos. É sem dúvida uma visão distorcida da política e da democracia. Visão, que, infelizmente, permeia toda a sociedade e que a Câmara dos Deputados reforça ao aprovar emenda constitucionalizando as doações empresariais.

As doações empresariais e os custos cada vez mais elevados das campanhas eleitorais funcionam como um filtro, impedindo que trabalhadores e cidadãos comuns sem ligação com empresas e sem

grandes recursos financeiros sejam eleitos, o que deturpa a representação parlamentar. Um exemplo dessa deturpação verifica-se nas bancadas do Congresso Nacional em que o perfil predominante é de empresários, brancos e homens. Como se sabe, a maioria da população não é composta de empresários, as mulheres representam mais de 50% da população brasileira, assim como negros, pardos e índios superam o número de brancos. O fim do financiamento empresarial é uma possibilidade concreta de fortalecimento da

POR QUE É FUNDAMENTAL GARANTIR A EMPRESA COMO OPERADORA ÚNICA?

- Para que o Estado brasileiro tenha o controle sobre a maior descoberta de petróleo da atualidade, assegurando ao país soberania energética.
- Para manter o domínio tecnológico e a segurança na operação do pré-sal, garantindo o abastecimento nacional e evitando a exploração predatória.
- Para assegurar que uma empresa nacional tenha acesso às informações estratégicas do pré-sal.
- Para garantir que a política de Conteúdo Local seja implementada adequadamente, gerando emprego e renda no Brasil.
- Para garantir que o petróleo produzido e os royalties recolhidos sirvam aos interesses do povo brasileiro, permitindo investimentos em educação e saúde.
- Porque os blocos em operação e as descobertas já realizadas são suficientes para assegurar a política energética do país nos próximos 15 anos.
- Porque não há necessidade imediata de novos leilões, pois cerca de 30 bilhões de barris de petróleo do pré-sal já foram contratados pela Petrobras e empresas parceiras.

democracia representativa. A democracia se consolida, na medida em que, os representantes eleitos tenham compreensão de que o poder a ser exercido emana de quem elege e não o contrário. Nessa perspectiva o partido político tem papel fundamental, pois representa um projeto político de sociedade. Todavia, a exagerada quantidade de partidos políticos, organizados a partir de interesses umbilicais produz bancadas suprapartidárias orientadas por interesses de financiadores de campanhas e não por projeto partidário. Para superar essas situações

que fragilizam a democracia, a sociedade tem se organizado nos últimos anos e apontado caminhos para melhorar a política, como a Lei da Ficha Limpa, a mobilização pela constituinte exclusiva para reforma política e o projeto pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. Contudo, apesar dessas ações, a Câmara dos Deputados desconsidera a sociedade civil e vota contrário aos segmentos civis organizados. Nesse cenário, o povo continua a pagar com juros o almoço de quem financiou, legalmente ou por meio do caixa dois, as campanhas dos “nobres” parlamentares.

NOMEAÇÕES PRESAS NA BUROCRACIA

ALÉM DE INFRINGIR A LEI, A FALTA DE CONVOCAÇÃO CRIA DESGASTES NA ESTRUTURA DO MAGISTÉRIO DO DF



A diretoria colegiada do Sinpro entrará na Justiça para obrigar o Governo do Distrito Federal (GDF) a convocar concursados da Secretaria de Educação (SEDF). Dados do Diário Oficial do DF dão conta de que, em 2015, houve mais de 600 aposentadorias só de professores e o GDF não nomeou ninguém.

“Isso resulta em vários problemas e cria desgastes na estrutura da carreira porque as vagas são preenchidas irregularmente por temporários. Sabemos que os temporários só devem ocupar vagas provisórias”, afirma Cláudio Antunes, diretor do Sinpro.

Na reunião realizada em 14

de julho com o GDF, o Sinpro e as Comissões de Professores e de Orientadores Concursados cobraram as nomeações. O GDF informou que a solicitação para nomeação de 240 professores(as) está na Secretaria de Fazenda e o pedido de outras 159 anteriores voltou para correção na Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação (Sugepe).

“Essa embromação tem sido uma prática dos governantes que usam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para justificar a não convocação e, com isso, precarizar a carreira do magistério. Aqui no DF estamos vivendo novamente essa situação. A verdade é que mesmo no limite pruden-

cial, a LRF prevê o suprimento das carências da aposentadoria”, informa Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro.

Ela diz que, “todavia, na prática, o que se tem é professor do contrato temporário ocupando carências definitivas e, com isso, o GDF descumpra a lei, causando prejuízo à educação de um modo geral, uma vez que resulta em falta de professor, desviando a função dos temporários para suprir carências definitivas, quando eles poderiam estrear os espaços temporários e garantir o gozo da licença prêmio e da redução dos 20%, que temos garantido em lei e que não está sendo garantido na prática”,

afirma a diretora do Sinpro.

Os representantes do GDF disseram que a Sugepe solicitou a nomeação de 83 orientadores(as) para cobrir vagas de 2005 até hoje, conforme dados do sistema, e que o Processo nº 080005674/2015 está na Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal (Segad). Mas uma das representantes da Comissão dos Concursados informou que no Portal da Transparência há 320 vagas oriundas de vagas de orientadores(as) e não somente 83. Ela disse que 293 são relativas a aposentadorias e, 27, a falecimentos.

Representantes do GDF refu-

taram as informações e prometeram confrontar os dados, até mesmo com a supervisão de representantes da Comissão dos Orientadores Educacionais. O GDF informou que não tem previsão para realizar as nomeações.

Sindicalistas e concursados(as) exigiram as nomeações e o fim das divergências de dados e informações do próprio governo. “É uma tática para ganhar tempo, para nos enrolar. Hoje temos uma carência de mais de 500 pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais. Queremos a contratação imediata para alcançarmos 1.200 profissionais, conforme previsto no Plano de Carreira”, afirma Meg Guimarães, diretora do Sinpro.

CATEGORIA NÃO ABRE MÃO DE ELABORAR O CALENDÁRIO ESCOLAR

APESAR DO AUTORITARISMO DO GDF, DIRETORIA DO SINPRO RECEBEU SUBSÍDIOS DA CATEGORIA PELO SITE E ELABOROU DOIS MODELOS DE CALENDÁRIO ESCOLAR PARA DISCUSSÃO

O calendário escolar é um instrumento de trabalho que os docentes têm participado de sua elaboração. Como os professores são uma categoria de luta e não abrem mão da discussão pedagógica, administrativa e política da educação, a diretoria colegiada do Sinpro fez um levantamento para construir o calendário de 2016.

Entre os dias 18 de junho e 3 de julho, foi aberto um espaço no site para coletar sugestões dos professores a fim de coletar subsídios para elaboração do calendário de

2016. Com as sugestões foram produzidas duas propostas de calendário. A diretoria do Sinpro levou em consideração os Jogos Olímpicos de 2016, momento em que vários jogos de futebol acontecerão em Brasília. Porém, considera que é melhor estabelecer o recesso no mês de julho, até mesmo para não comprometer escolas que trabalham em regime semestral (EJA, CIL, entre outras).

A diretoria orienta os professores a defender um dos modelos a serem apresentados nas discus-

sões a serem realizadas nas escolas. **Os dois modelos, além de estarem encartados nesta edição do Quadro Negro, serão disponibilizados no site para serem baixados.**

Desde 2007 o calendário escolar é elaborado de forma coletiva e democrática pelo Sinpro, categoria e Secretaria de Educação. Contudo, este ano, para surpresa dos professores, o de 2015 foi abruptamente alterado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) sem nenhum motivo real que justifi-

casse a mudança.

A Secretaria de Educação do governo Rollemberg jogou no lixo todo o processo de negociação realizado durante o segundo semestre de 2014 e impôs um calendário escolar repleto de aberrações antidemocráticas e, principalmente, antipedagógicas, que gerou vários problemas na execução do magistério nas escolas públicas.

Um dos problemas mais gritantes provenientes dessa mudança arbitrária, que ainda vai acontecer, é que o segundo semestre

letivo de 2015 termina no dia 29 de dezembro. Portanto, as escolas já se organizam para tentar fazer uma antecipação das aulas que vão desde a véspera do Natal até o dia 29.

O resultado desse mal planejamento é que os professores vão recompor o calendário adiantando, nos fins de semana, as aulas de dezembro. Isso está acontecendo porque o calendário de 2015 passou a ter uma versão arbitrária, que diminuiu o recesso de julho.

COM NOVA DIRETORIA, CUT BRASÍLIA FIXA METAS E AÇÕES PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS

CENTRAL QUER MANTER A COESÃO DOS TRABALHADORES PARA RESISTIR NA LUTA DIANTE DOS DESAFIOS IMPOSTOS PELAS POLÍTICAS QUE VÃO CONTRA OS DIREITOS CONQUISTADOS PELA CLASSE TRABALHADORA

Eleita há cerca de um mês no 13º Congresso da CUT (Cecut) - por aclamação dos mais de 460 delegados e delegadas de base -, a nova direção da CUT Brasília realizou encontro no qual, após análise da atual conjuntura, elencou 16 metas que objetivam organizar e fortalecer a Central e mantê-la como protagonista na defesa dos direitos dos trabalhadores e na busca de mais conquistas em torno da democracia e da justiça social.

A nova composição da CUT Brasília, com mandato até 2019, é integrada pela primeira vez com 50% de mulheres, com renovação da metade de seus quadros. Rosilene Correa, diretora do Sinpro e eleita à direção estadual da Central, ressaltou a importância da cota de gênero para a composição da nova diretoria. “Essa não é uma conquista de estatuto, mas uma conquista da luta das mulheres”, enfatizou. O Sinpro integra a Diretoria Executiva da entidade com Meg Barbosa Guimarães (vice-presidente), Rodrigo Rodrigues Costa e Lima (secretário-ge-



Nova diretoria da CUT Brasília foi aclamada por unanimidade

ral) e Nilza Cristina Gomes dos Santos (secretária de Formação), além de Hamilton da Silva Caiana (direção estadual).

Reeleito para a presidência da Central, o bancário Rodrigo Britto destacou que “a CUT não é só essa direção, mas toda a categoria. É isso que tem feito a diferença em Brasília. Aqui fazemos enfrentamento não só ao GDF, mas também ao governo federal, ao Congresso e a quem quer que queira roubar os direitos da

classe trabalhadora. Brasília tem uma CUT diferenciada, pois aqui se decide todo o destino do país. E nós temos que entender este compromisso e estar à frente dessa luta. Com forças renovadas, teremos ainda mais disposição para enfrentar esse Congresso reacionário. Sem medo, pois temos companheiros e companheiras aguerridos ao nosso lado, prontos para luta. Somos fortes, somos CUT”, disse.

No tocante à Educação, o Plano de Lutas aprovado ainda no

fim de maio aponta o apoio à luta dos(as) trabalhadores(as) em Educação pela aplicação da Lei do Piso, reivindicando do governo federal que tome medidas que obriguem governadores e prefeitos a cumpri-la; e a luta pela implantação total do Plano Distrital de Educação – PDE, em defesa da valorização da escola pública e dos(as) trabalhadores(as) em Educação.

Nesse encontro mais recente, os dirigentes cutistas definiram como metas prioritárias, entre

outras, fortalecer o protagonismo da CUT na luta em defesa e ampliação dos direitos; empoderar os(as) militantes, entidades sindicais filiadas e a CUT; conquistar a Reforma Política que interessa à classe trabalhadora; democratizar a mídia (disputar hegemonia contra a mídia privada monopolista); e sindicalizar a juventude.

“O mais importante é mantermos a coesão dos trabalhadores para resistir na luta, mesmo diante de todos os desafios impostos pelas políticas que vão contra os direitos conquistados”, disse Rodrigo Britto em referência ao ataque neoliberal contra a classe trabalhadora, evidenciado pelos projetos nefastos que tramitam no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa e em determinados posicionamentos do GDF e do governo federal. Para Britto, os princípios da CUT, de solidariedade de classe, autonomia e liberdade sindical e mobilização pela base deverão ser fortalecidos para que se possa fazer esse enfrentamento.



Delegados(as) do Sinpro comemoraram o encerramento dos trabalhos



CUT Brasília com forças renovadas para os embates que virão

As metas do PDE

BERENICE D'ARC JACINTO E JAIRO MENDONÇA,
DIRETORES DO SINPRO, COMENTAM 10 PONTOS DO PDE

No fim de junho, foi aprovado na Câmara Legislativa do DF o Projeto de Lei nº 428/2015, o Plano Distrital de Educação (PDE), fruto de um longo debate com a sociedade civil e entidades sindicais. Na edição anterior do Quadro Negro, o diretor do Sinpro Júlio Barros comentou as 11 primeiras metas do projeto. Nesta edição, as dez metas restantes são analisadas por Berenice D'arc Jacinto e Jairo Mendonça, também diretores do Sindicato. O PDE já foi sancionado, infelizmente, com vetos que a diretoria comentará na próxima edição do Quadro Negro

META 12:

Elevar a taxa bruta de matrícula da Educação Superior no DF para 57%, ampliando a participação da oferta federal (UnB e IFB) e a participação na oferta pública distrital

(UniSUS e FUNAB) em 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano.

Comentário: A qualidade de vida de um país pode ser medida, também, pela formação e pelas opções de conhecimento que se possibilitam à sua população. Esta é a meta da qualificação profissional e de oportunidades aos jovens do Distrito Federal para a entrada e permanência na educação superior. Importante meta no fortalecimento da pesquisa, do pensamento formal e do mundo do trabalho.

META 13:

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício na UniSUS,

Universidade Distrital, UnB e IFB, para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores.

META 14:

Elevar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação de 4 doutores por mil habitantes.

META 15:

Garantir, em regime de colaboração com a União, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PDE, a Política Distrital de Formação dos Profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando formação adequada a todos no prazo de vigência desta lei.

META 16:

Formar, até o último ano de vigência deste PDE, a totalidade dos profissionais de educação que atuam na Educação Básica pública em cursos de especialização e 33% (trinta e três por cento), em cursos de mestrado

stricto sensu e 3% (três por cento) de doutorado, nas respectivas áreas de atuação profissional.

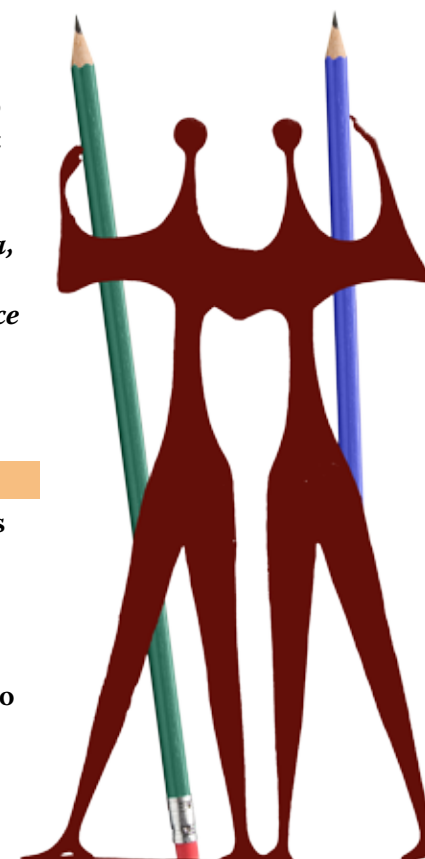
Comentários (metas 13 a 16): Para uma juventude graduada haverá a necessidade de formadores pós-graduados. A ampliação da atuação de mestres e doutores no campo pedagógico para o fortalecimento da meta 13 é fundamental. São metas ousadas. Ousadia é o que o GDF precisa para avançar na formação de mestres e doutores, qualificando a educação e fortalecendo a carreira de magistério. Portanto, essas metas desafiam a Universidade de Brasília, o Instituto Federal, e a Fepex; e também fortalece a necessidade do debate da consolidação da universidade Distrital.

META 17:

Valorizar os profissionais da educação da Rede Pública de Educação Básica, ativos e aposentados, de forma a equiparar seu vencimento básico, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras

de servidores públicos do Distrito Federal, com nível de escolaridade equivalente, até o quarto ano de vigência deste PDE.

Comentários: A disparidade na remuneração dos educadores em relação às outras carreiras no país é histórica e a luta do movimento docente tem buscado reparar essa injustiça através de



mecanismos de valorização dos profissionais da educação pública. Um desses mecanismos tem sido a luta política de busca da isonomia com, pelo menos, a média dos vencimentos das demais carreiras que possuem formação equivalente, tese essa que vem ganhando força até se constituir em lei no Plano Nacional de Educação. Ao aprová-la no PDE estabelecendo que nos próximos quatro anos deve-se elevar o ganho dos docentes a esse patamar, criamos um importante referencial que norteará a luta da categoria pela concretização da meta que consideramos central para a justa e necessária valorização desses profissionais e a consequente qualidade social da educação.

META 18:

Adequar, no prazo de 2 (dois) anos, os planos de carreira dos profissionais da educação do DF, mediante os compromissos assumidos neste PDE, bem como nas referências nacionais para os planos de carreira dos profissionais da Educação Básica Pública.

Comentários: Este debate já está sendo conduzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Essa construção democrática legitimará o processo e vai possibilitar que alcancemos um Plano de Carreira, com perspectivas de valorização, da formação e melhores condições de trabalho.

META 19:

Até 1 (um) ano após a aprovação do PDE, adequar a Lei de Gestão Democrática a este Plano Decenal, e aprovar, até 1 (um) ano de vigência do PDE, no Poder Legislativo, leis do Sistema Distrital de Educação e de Responsabilidade Educacional, em consonância com as orientações nacionais.

Comentários: Um plano com tal dimensão tem o compromisso com uma gestão coletiva e participativa. Esta meta é central, para consolidar a Lei de Gestão Democrática, considerando seus princípios, fortalecendo seus órgãos consultivos/deliberativos e os mecanismos de participação. E em contraposição à Lei de Responsabilidade Fiscal, que o PDE crie e consolide ainda, uma lei democraticamente debatida, com mecanismos e argumentos concretos que garantam que a educação tenha uma Lei específica: é a Lei de Responsabilidade Educacional, meta estrutural, para a consolidação do PDE, isso no seu primeiro ano de vigência.

META 20:

Ampliar o investimento público em Educação Pública de forma a duplicar o atual percentual de investimento em relação ao PIB do Distrito Federal, até o fim deste PDE, tendo, ainda, como referência para o financiamento da educação, o investimento per capita em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino com base no Custo Aluno Qualidade Inicial, a ser definido em função da realidade social.

Comentários: A busca da qualidade social da educação pública é indissociável da luta por mais financiamento e pelo controle social dos investimentos, pois, como sempre afirmamos, educação de qualidade tem preço e deve ser prioridade. Seguindo a lógica nacional, no Distrito Federal, mantivemos a proporção de, em 10 anos, duplicarmos o investimento do PIB em educação, considerando também, os recursos oriundos do Fundo Constitucional. Sabemos, no entanto, que não basta apenas garantirmos os recursos e apontarmos as fontes, é crucial que asseguremos os mecanismos de controle social que garantirão a efetiva aplicação dos mesmos. Nesse sentido, o definição do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial,) bem como a aprovação da LRE (Lei de Responsabilidade Educacional), ainda no primeiro ano de vigência dessa lei Decenal são ações indispensáveis ao processo de cumprimento da referida meta.

META 21:

Garantir, já no primeiro ano de vigência deste PDE, 100% do atendimento escolar para todos/as os/as adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa e internação cautelar, em consonância aos princípios dos direitos humanos e com qualidade pedagógica.

Comentários: A educação é um instrumento imprescindível na vida de jovens e trabalhadores(as), para aqueles(as) que

estão cumprindo medidas socioeducativas, então é fundamental, para que os mesmos possam redescobrir suas experiências de vida. Através da escola podem transformar sua realidade, resignificando seu papel social. A meta 21 é a vitória dos(as) militantes dos direitos humanos e educadores(as), que sabem da importância das ações da educação transformadora, na realidade de todos e todas. Esta meta foi um propósito para evidenciar a realidade do Distrito Federal. Diferente do PNE, o PDE apresenta uma meta específica para as medidas socioeducativas e internação cautelar, valorizando a realidade firmada pela construção do debate e prática dessa modalidade no DF. Enfim, nosso Plano Distrital de educação têm metas ousadas, como ousado foi o processo de construção, onde buscamos ouvir toda a comunidade escolar, rede pública e privada, estabelecemos metas e traçamos as estratégias para atingi-las. Observamos que com vontade política, o DF tem condições de reestruturar seu orçamento para tal, com democracia e transparência, para que a população possa acompanhar, avaliar a aplicação e a

implementação do PDE. Instrumento pensado, debatido, elaborado, escrito, revisado e analisado, por muitas mãos e aprovado pela Câmara Legislativa.

É urgente, que seja sancionado, para se torne a lei, que orientará a educação no Distrito Federal pela próxima década. Certamente, o primeiro (de muitos) com participação popular. A luta foi da comunidade escolar e a vitória será de todas e todos. A aprovação na CLDF foi um grande passo, mas a batalha começa agora.



ESTUDO REVELA PERDA DO PODER A AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS PROFESS

GOVERNO ROLLEMBERG NÃO CUMPRE A LEI, DEIXA DE REAJUSTAR O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO EM MAIO.
POR CAUSA DISSO, PROFESSORES REDUZIRAM DESPESAS DE MERCADO E OUTROS PRODUTOS DA DIETA ALIMENTAR

Um estudo realizado com base nos dados da Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos do Distrito Federal, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), constatou que, em maio deste ano, o preço da cesta básica aumentou, em relação a maio de 2014, e derrubou o poder de compra do auxílio alimentação dos (as) professores (as).

Com isso, tiveram seu poder de compra de alimentos reduzido em relação a maio do ano passado, quando houve o último reajuste do auxílio alimentação. Desde maio deste ano, a categoria docente da rede pública de ensino do Distrito Federal está sem o reajuste do auxílio alimentação.

“Ao não reajustá-lo, o governo Rollemberg deixa de cumprir várias leis, como, por exemplo, o artigo 111 da Lei nº 840/2011 e a Lei nº 5.108/2013, que prevê o reajuste anual do benefício. Essas legislações foram fei-

tas para trazer justiça no conjunto da remuneração do (a) servidor (a) público (a) do Distrito Federal”, esclarece Cláudio Antunes, diretor do Sinpro.

No entendimento da diretoria colegiada do Sindicato, essa atitude do governador tem o propósito de prosseguir apenando e responsabilizando o funcionalismo público pelos problemas financeiros do Distrito Federal.

“O governo Rollemberg não respeita uma legislação que foi criada para que o (a) servidor (a) não ficasse, como no passado, com o valor do auxílio congelado e perdendo, com isso, o poder de compra”, explica Antunes.

A diretoria colegiada do Sinpro exige que o governo cumpra as leis porque, ao não cumprilas, os (as) professores (as) estão deixando de consumir, por mês, diversos alimentos ou estão reduzindo a quantidade. No infográfico, ao lado, pode-se ver que o (a) professor (a) não compra mais alguns alimentos e diminuiu a quantidade de consumo de outros.

O Dieese é o único instituto que tem pesquisa direcionada para o setor de alimentação e consumo de cesta básica em 18 capitais, incluindo aí, o Distrito Federal. A perspectiva é que neste segundo semestre, o Departamento passe a fazer a pesquisa nas 27 capitais do país.

O governo Rollemberg adotou medidas político-econômicas de choque de gestão por meio das quais está instituindo um clima de falta de recursos para que, na contrapartida, possa pedir autorização da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para criar novos impostos.

Esse clima de falta de recursos também é usado para impedir que os (as) trabalhadores (as) não avancem nas suas pautas e nem sequer efetiva o trivial, ou seja, o reajuste de uma necessidade básica do (a) trabalhador (a): o auxílio alimentação.

O cenário criado pelo governo Rollemberg de falta de recursos financeiros foi desmentido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) em relatório largamente divulgado no primeiro semestre deste ano.

“Contudo, ele [o governo] tenta a todo tempo alimentar essa situação de crise, criando um clima de arrochos semelhante ao que o

neoliberalismo tem promovido em quase todo o mundo, até mesmo em locais em que a população se rebela e diz que não aceita mais, como ocorre na Grécia hoje. Este país chegou a um ponto em que a população se revoltou até politicamente contra o arrocho”, explica Antunes.

O clima de arrocho e o cenário de crise criado aqui no DF é semelhante ao dos países europeus nos quais a política de choque de gestão tem sido adotada. O funcionalismo público do Distrito Federal não suporta e não

aceita mais a inoperância do GDF que agora quer nos impor perdas na alimentação.



QUISITIVO DO SORES



O QUE OS PROFESSORES E ORIENTADORES ESTÃO DEIXANDO DE COMPRAR

Maio	Junho	Julho
1kg de carne de primeira	1kg de carne de primeira	1kg de carne de primeira
1l de leite	1l de leite	1kg de feijão
1kg de feijão	1kg de feijão	1kg de arroz
1kg de arroz	1kg de arroz	1kg de farinha
1kg de batata	1kg de tomate	250g de café
1kg de açúcar	500g de banana	900ml de óleo
7 pães de 50g	Carrinho de compras dos professores e orientadores começa a esvaziar	

Produtos	Qtd.	Maio de 2014 (R\$)	Maio de 2015 (R\$)	Varição
Carne	6 Kg	101,28	125,10	23,82
Leite	7,5L	15,00	15,68	0,68
Feijão	4,5Kg	22,73	22,73	0,00
Arroz	3Kg	7,44	8,40	0,96
Farinha	1,5Kg	4,67	4,46	-0,21
Batata	6Kg	23,58	20,70	-2,88
Tomate	9Kg	45,00	57,69	12,69
Pão	6Kg	52,86	55,08	2,22
Café	600g	9,18	8,74	-0,44
Banana	7,5Dz	24,83	26,55	1,72
Açúcar	3Kg	7,59	7,50	-0,09
Óleo	900ml	3,03	2,92	-0,11
Manteiga	750g	14,00	14,68	0,68
Total da Cesta (R\$)		331,19	370,23	39,04

Fonte: Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos do Distrito Federal - DIEESE
Elaboração: DIEESE_Subseção SINPRO-DF

Período	Valor(R\$)	Varição entre os Períodos
Jan/95 a Abr/06	99,00	
Mai/06 a Dez/06	129,00	30,30%
Jan/07 a Nov/07	159,00	23,26%
Dez/07 a Jun/11	198,00	24,53%
Jul/11 a Abr/13	304,00	53,54%
Mai/13 a Abr/14	373,00	22,70%
A partir de Mai/14	394,50	5,76%

*A partir de Setembro/2010 sem desconto de contrapartida
Fonte: Sinpro - DF
Elaboração: DIEESE - Subseção SINPRO-DF

“MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS”

V ENCONTRO DE MULHERES EDUCADORAS DO SINPRO REUNIU MAIS DE 250 MULHERES E, ENTRE AS DELIBERAÇÕES APROVADAS, ELAS DECIDIRAM NÃO RECUAR DIANTE DOS ATAQUES ÀS CONQUISTAS FEMINISTAS NO PAÍS

Mais de 250 mulheres aprovaram, no fim do segundo dia do V Encontro de Mulheres Educadoras do Sinpro, as resoluções que visam a garantir os direitos das mulheres da educação. Um documento com essas deliberações será encaminhado, para aprovação da categoria, ao 10º Congresso dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Paulo Freire, que ocorrerá entre 27 e 30 de agosto.

As resoluções aprovadas levaram em conta uma análise de conjuntura que identificou a realidade atual desfavorável às mulheres e às políticas de gênero. O tema da violência contra a mulher perpassou todos os debates. Não foi à toa que o título do encontro resgatou a frase “mexeu com uma, mexeu com todas”, da farmacêutica Maria da Penha, cujo nome inspirou a Lei Maria da Penha. Ela foi uma das homenageadas.

Houve também o lançamento da segunda edição da revista Sinpro Mulher e o III Prêmio Mulher Educadora Cidadã do Mundo, que homenageou 36 mulheres por ações e intervenções que valorizaram e promoveram a educação e os direitos humanos. O número de homenageadas foi uma saudação ao 36º ano de fundação do Sinpro.

“O encontro cumpriu o seu papel de maneira positiva, responsável, criativa e envolveu toda a categoria”, comemorou Eliceuda França, coordenadora da secretaria de Assuntos para Mulheres Educadoras do Sinpro.

Realizado no Espaço Educador Chico Mendes, na Chácara do Professor, localizada na área rural de Brazlândia, nos dias 19 e 20 de junho, o V Encontro de Mulheres Educadoras definiu que as educadoras devem enfrentar qualquer injustiça que venha a acontecer

contra as mulheres quer seja no âmbito da violência, quer seja no das desigualdades do mundo do trabalho, quer seja em suas escolhas pessoais.

Professoras, orientadoras e convidadas de vários movimentos sociais concluíram que, com a nova composição conservadora do Congresso Nacional e da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), os desafios para as mulheres a partir deste ano serão muito mais difíceis e que a situação requer ação positiva e mais agressiva das mulheres.

Na semana do V Encontro, as brasileiras, que representam 52% do eleitorado nacional, sofreram uma grande derrota política. Perderam o direito à cota de 10% de representatividade para mulheres nas Casas Legislativas do país. No mesmo dia, os deputados distritais aprovaram o Plano Distrital de Educação (PDE), mas vetaram todas as expressões e políticas de gênero

contidas no texto original.

As participantes acreditam que somente com uma atitude mais agressiva as educadoras conseguirão enfrentar e reverter as derrotas do início deste ano. “Temos de ser mais agressivas na escola e chamar as companheiras e os companheiros para organizar um enfrentamento duro a toda essa forma de violência”, analisa Eliceuda.

No entendimento de Neliane Cunha, diretora de Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sindicato, “apesar das derrotas impostas pelos parlamentos conservadores, o V Encontro nos enriqueceu muito porque apontou caminhos que temos de seguir para o enfrentamento”.

Vilmara Carmo, por sua vez, afirma que a principal ferramenta para esse enfrenta-

mento é a educação. “Para isso, faremos oficinas regionalizadas, projetos pedagógicos que promovam o debate e a reflexão sobre a igualdade entre homens e mulheres. Se o Brasil aprendeu em 500 anos a ser machista e sexista, viemos romper esse modelo com uma educação emancipatória, libertadora que tenha de fato impacto na vida das mulheres, das meninas e das jovens. Essa perspectiva com o corte de gênero é que levaremos para o 10º Congresso de Educação em agosto”.



Lançamento da segunda edição da revista Sinpro Mulher reuniu a maior parte da diretoria colegiada do Sindicato no primeiro dia do encontro



Homenageadas do III Prêmio e diretoria do Sinpro festejam sucesso do V Encontro

MULHERES UNIDAS PELA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER

Dividido em quatro Mesas Temáticas, o V Encontro debateu assuntos da política e da economia e os impactos na educação, como a reforma política. “E que reforma política?! Era o que nos perguntávamos, quando o Congresso Nacional, arbitrário, puxa o freio de mão, dá uma ré na nossa conquista da ocupação dos espaços de poder, sobretudo, no Parlamento”, criticou Eliceuda França.

Na primeira Mesa, uma breve análise de conjuntura e do papel das mulheres e do movimento sindical perante os desafios atuais. Participaram as lideranças, como Isis Tavares, secretária de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Maria Júlia Nogueira, secretária Nacional de Combate ao Racismo da CUT; e Izaura Santos, secretária de Mulher da CUT Brasília.

A segunda Mesa, intitulada “Enfrentamento da violência contra as mulheres”, foi dedicada ao preconceito sexista e racial e ao enfrentamento à violência. Três mulheres negras contaram como superaram, com criatividade, dor e luta, as

várias violências sociais sofridas. Participaram dela, Cleusa Santos, presidenta do Sindicato dos Domésticos da Bahia (Sindoméstico); Gina Ponte, professora premiada nacional e internacionalmente por seu projeto Mulheres Inspiradoras; e Cristiane Sobral, autora do livro “Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz”.

A Mesa intitulada “PDE – educação para a igualdade”, com Natália Duarte, do Fórum Distrital de Educação; Rejane Pitanga, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, autora da Lei nº 4.751/12, ex-presidenta do Sinpro e da CUT Brasília, ex-secretária de Estado da

Criança do Governo do Distrito Federal (GDF).

Elas debateram o tema da gestão democrática na escola e a participação de mulheres. “Mas que mulheres são essas e qual tem sido a atuação delas para desconstruir o autoritarismo na escola? “Discutimos a ideologia de gênero *versus* política de gênero abordada por mulheres e pautada pela derrota do PDE na Câmara Legislativa”, afirmou Neliane Cunha.

A última Mesa, coordenada por Vilmaria Carmo, sobre a “Igualdade e autonomia na vida e no mundo do trabalho”, contou com a participação da deputada federal Érika Kokay (PT-DF) e da psicóloga Thiele Muller, da Clínica do Trabalho no Sinpro.

Homenageadas do 3º Prêmio Mulher Educadora Cidadã do Mundo

Gina Vieira Ponte de Albuquerque
Adelina Benedita Alves Santiago
Alda Ilza de Lima
Alene Gonzaga Ribeiro
Amelia Cristina de Oliveira Araripe
Ana Liesi Thurler
Ana Lucia da Silveira Soares
Ana Maria da Mata Soares
Catia Nubia de Paula
Celia Rubia de Jesus Ferreira
Cleusa Maria Jesus Santos
Cristiane Sobral Correa Jesus
Elizangela Barbosa da Rocha
Maria Júlia Nogueira
Flavia Felipe Inacio
Isis Tavares
Jane Alves Barreto
Kelly Cristina Martins

Laine Aparecida de Oliveira Lima
Lucy Mary Rocha Bispo
Marcia Gilda Moreira Cosme
Maria Celia Madureira Silva
Maria da Conceição Do N. Oliveira
Maria da Graça Pacheco Sousa
Maria da Penha Maia Fernandes
Maria de Jesus R. Werneck Muniz
Maria Del Pilar Tobar Acosta
Mariana Emerich
Marizam Pereira Porto Da Fonseca
Michelle Ribeiro Confessor
Vanessa Martins
Raquel Goncalves Ferreira
Rivania Lima de Oliveira
Rosângela Meneses Pacheco
Susi Francis Amaral Piva
Zenilda Rainha de Lima



Na abertura do encontro, emoção e surpresas na mesa sobre “Enfrentamento da violência contra as mulheres”

VIOLÊNCIA RETIRA PAZ DAS ESCOLAS

COMUNIDADE ESCOLAR VIVE CLIMA DE TERROR. INVASÕES, ARROMBAMENTOS, FURTOS, DEPREDações E TRÁFICO DE DROGAS LEVAM PÂNICO ÀS ESCOLAS

Uma cena de terror deixou uma marca de medo na comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 33 da Ceilândia. Em maio, a escola foi invadida, teve a porta da sala de orientação pedagógica arrombada, papéis revirados e objetos quebrados. A cena era assustadora, mas o que mais intimidou a todos foram as ameaças de morte à diretora, Renata Pereira, e ao vice-diretor, Flávio Miguel, pichadas na parede.

Nesse mesmo período, outras diretorias de várias escolas da rede pública de ensino de Ceilândia e de outras regiões administrativas do Distrito Federal registravam, nas Regionais de Ensino

e no Batalhão Escolar da Polícia Militar, ocorrências de violência e de intimidação.

Madalena Arruda, diretora do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 04 da Ceilândia, conta que o corredor de entrada da escola se tornou ponto de tráfico. Os traficantes escondiam drogas e armas no teto da guarita, nos bueiros, debaixo dos carros e no telhado. No recreio, pulavam o muro para dentro da escola.

O terrorismo culminou com ameaças de morte à vice-diretora, Silveli. “Depois de vários dias ameaçando a todos, um adolescente de 15 anos entrou na escola a cavalo para nos intimidar”, lembra a diretora. Ele andava com um comparsa, ambos a cavalo, e, com os ani-

mais, bloqueavam a entrada. “Tenho de entrar de cabeça baixa e pedir licença para traficantes para deixar meu filho no colégio”, disse a feirante Neusirene dos Santos à imprensa, na época.

Em março, aconteceu o pior: o assassinato de um estudante do noturno no Centro Educacional (CED) 06, na QNL 1. O crime acabou com a paz na escola, bem como com o equilíbrio emocional da comunidade escolar, que passou a viver de sobressaltos.

“Além de cuidar de mim mesmo, que também fiquei abalado, tive um árduo trabalho para afastar o pânico e retomar a rotina”, afirma o diretor Rodrigo Filgueira.

No Centro de Ensino Médio (CEM) 02 do Gama, Júlio Cam-

pos, vice-diretor, conta que “no início do ano, ficava de plantão na porta do banheiro, durante o recreio, para impedir o uso de drogas”.

As escolas públicas estão sob o impacto do sucateamento e, agora, enfrentam a falta de segurança. Prova disso é que o resultado da inspeção do projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) em cinco escolas, dentre elas no CEF 11 de Taguatinga, constatou a falta de quase tudo.

Samuel Fernandes, diretor de Imprensa do Sinpro, entende que “a violência e o tráfico aumentaram muito nas escolas do DF nos últimos meses por causa da vulnerabilidade”. Ele afirma que faltam portei-

ros, vigilantes e não tem Batalhão Escolar. “A polícia só aparece e permanece em determinada escola por algum tempo depois que algo grave já aconteceu, como foi o caso da ameaça de morte no CEF 33 da Ceilândia e o assassinato do estudante no CED 06 de Taguatinga”.

Para ele, “o governo tem de investir em educação, com políticas públicas sociais para retirar esses jovens do tráfico, reformando e construindo novas escolas, propiciando um ambiente agradável e com segurança. Precisa oferecer condições para o professor desenvolver seu trabalho. Só com educação poderemos mudar esse quadro de violência”, afirma Fernandes.



Madalena apreendeu drogas e armas no teto da guarita



Samuel Fernandes, diretor do Sinpro, mostra ameaças de morte à diretora e ao vice no CEF 33

CONFIRA A SEGUIR DEPOIMENTOS

CEF 33 DA CEILÂNDIA A TENSÃO CONTINUA

Renata Bitencourt Pereira, diretora, e Flávio Miguel, vice-diretor, estão afastados da escola por causa das ameaças de morte. O vice-diretor pediu afastamento até mesmo antes de ocorrer a invasão à sala de orientação pedagógica, no fim de semana de 30 de maio. Renata contou a um telejornal regional que até o ano passado havia uma certa tranquilidade em relação ao tráfico no interior da escola. Todavia, este ano, após receberem estudantes de escolas sequenciais, começaram as tribulações. “Eu e o vice-diretor tentamos impedir o tráfico aqui dentro. Só que, eu creio, que isso gerou algo do lado de fora e este ano a coisa realmente desandou”, afirmou Renata à reportagem.

“Estudantes “traziam facas, canetas de narguilé, preparavam o lança perfume na sala de aula, facas ameaçando o vice-diretor, mensagens me ameaçando e isso não estava dando certo porque, quando pegávamos algum deles com algum tipo de entorpecente, tomávamos as providências legais: transferência, ligava para o Batalhão Escolar e ele vinha. Tudo, legalmente, tentamos fazer e fizemos, por isso fomos ameaçados de morte”, conta a diretora.

CEF 04 SOBRADINHO FALTA DE PORTEIRO FACILITA AÇÃO DO CRIME

Ozelb de Freitas Cardoso, diretor do CEF 04 de Sobradinho desde 2012, conta que um avô agrediu um professor duas vezes dentro da escola. “Uma estudante agrediu um colega de sala e foi suspensa. O avô questionou a decisão e, ape-

sar das explicações do coordenador, partiu para as agressões verbais e deu um murro no professor”. Os demais professores reagiram. Fecharam a escola e chamaram a polícia. O diretor acha que a principal iniciativa é a volta do Batalhão Escolar definitivamente em todos os turnos. “O traficante só vem porque está fácil: não tem porteiro e nem vigilância. É preciso ter um trabalho sério, focado, sobretudo, nas imediações porque é dentro da escola que tem clientela”, alerta.

CED 6 QNL 1 TAGUATINGA ASSASSINATO DE ESTUDANTE NO PÁTIO DA ESCOLA

Um estudante foi assassinado no pátio no dia 25 de março deste ano. Somente após esta morte, o governo pôs a polícia na escola, que recebe adolescentes do sistema socioeducativo. “O assassinato do estudante transtornou o ambiente que, antes da introdução do primeiro e segundo segmento da EJA, era sociável e tranquilo”, assegura Rodrigo Franco Filgueira, diretor.

“Foi chocante. Terrível ver um aluno seu ali caído e você não poder fazer nada”, lembra o diretor.

A situação foi tão chocante que, embora tenha ocorrido no período noturno, afetou emocionalmente os(as) trabalhadores(as) e estudantes dos três turnos.

CEF 11 CEILÂNDIA UMA ILHA CERCADA DE ENTORPECENTES

Vaneide da Silva Alves do Couto, vice-diretora da escola, conta que de armas a drogas já encontrou de tudo den-



Sinpro apoia a luta dos(as) professores(as) por segurança e condições de trabalho

tro da escola. Professores (as) e estudantes vivem sob tensão. “Os problemas aqui são oriundos do tráfico e da ameaça a professor, de intimidação em sala de aula: colegas intimidando outros. Às vezes o professor tem até medo de trazê-los para a direção porque temer ficar marcado”, afirma Vaneide. Em junho deste ano, o professor Hudson Paiva, de educação física no CEDIS e no ensino regular, deu entrevista para um telejornal, denunciou o tráfico e sofreu represália. Um dia, após o expediente, quando ia para o Metrô, foi abordado por alguns meninos e amea-

çado, aí começaram ameaças gerais a todos (as) da escola.

CEF 04 CEILÂNDIA GUERRAS DE GANGUES INVADEM A ESCOLA

“Graças a Deus, agora, estamos em paz aqui”, diz uma professora do CEF 04. Apesar do desabafo, é visível a tensão entre os docentes. A escola está situada no meio do conflito social provocado pelo tráfico de drogas. As crianças e adolescentes contaminadas por esse clima das ruas, geralmente, estão envolvidas, de alguma forma, com o tráfico. “O trá-

fico acaba absorvendo, engolindo esses adolescentes. Por conta disso, a escola se tornou o centro do tráfico”, comenta a diretora Madalena Arruda. O corredor de entrada foi tomado pelos traficantes, que dominaram toda a escola. A vice-diretora, que está afastada, foi ameaçada de morte. Um adolescente entrou com um cavalo, intimidando a todos (as) que estavam dentro da instituição. “Hoje, após várias queixas na polícia, até por parte dos pais, estamos com o Batalhão Escolar aqui no período diurno”, informa a diretora.



O medo desestimula atuação dos professores(as) do CEF 11 de Ceilândia

AUDIÊNCIA PÚBLICA DEFINE SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS NA EAPE E EC 1 DA ESTRUTURAL

ENGENHEIRO DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DIZ QUE JÁ HÁ LICITAÇÃO PARA A REFORMA DA EAPE. SOBRE A EC 01, A META É QUE DIA 1º DE AGOSTO DE 2015 TODOS ESTEJAM ESTUDANDO NO SIA E QUE VOLTEM PARA A ESTRUTURAL NO INÍCIO DE 2016

Os problemas estruturais encontrados na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e a busca por uma solução a respeito da Escola Classe 1 da Estrutural foram tratados em audiência pública realizada no dia 2 de junho, na EAPE. Participaram da mesa a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa; o deputado distrital Wasny de Roure; o engenheiro e representante da Subsecretaria de Administração Geral (SUAG) Antônio Renato Cavanhaque; o coordenador da Regional do Guará, Afrânio de Souza Barros; a diretora da EC 1 da Estrutural, Alessandra Claudia Vitor; a representante do Movimento de Educação e Cultura da Estrutural, Maria Abadia, além do diretor da EAPE, Luiz Fernando, e do diretor do SAE, Ediran José.

Um dos pontos mais debatidos durante o encontro foi o impasse envolvendo a Escola Classe 01. Com a interdição da escola em 2012, em virtude de vazamento de gás, que oferece uma série de risco para estudantes, pais e moradores da Cidade Estrutural, cerca de 700 estudantes(as) do 1º ao 5º ano foram obrigados a estudar fora de sua cidade e distante de suas residências. A princípio a escola foi dividida em três espaços, com os estudantes encaminhados para a EAPE (que não é um espaço apropriado para as crianças e com uma série de problemas estruturais), para a Escola Classe 315 Sul (repleta de goteiras e infiltrações) e para o Centro Educacional 4 do Guará (em meio a jovens do ensino médio e

sem espaço adequado).

Em 2014, a escola foi instalada nas dependências da EAPE, mas os problemas não diminuíram. Mães, estudantes e representantes da comunidade escolar da Estrutural reclamam dos riscos sofridos pelos estudantes, que além da necessidade de se locomoverem a outra região, passam por uma série de desconfortos devido à falta de estrutura para pegar os ônibus. Segundo a mãe de um aluno, os menores ficam expostos à chuva e ao sol, pela falta de uma estrutura mínima enquanto aguardam os ônibus, e sofrem com a distância entre a Estrutural e a EAPE. “Meus filhos saem de casa e não sei como voltarão. Nós, mães, vivemos em constante apreensão. Precisamos de uma escola onde moramos”, relata Luciana Evangelista.

Alessandra Claudia, diretora

da EC 1, cobrou uma solução para o problema, que reflete diretamente no rendimento dos estudantes. Segundo ela, por várias

Cerca de 700 estudantes(as) do 1º ao 5º ano da Escola Classe 1 da Estrutural são obrigados a estudar fora de sua cidade e distante de suas residências, desde 2012

vezes o governo prometeu um local mais próximo da Estrutural e não cumpriu a promessa. “Em 2012 a EC tinha 1.120 estudantes matriculados. Hoje este

número é de 720. Isso colabora para o aumento da evasão escolar. Temos o direito de ter uma escola, de termos o sentimento de pertencimento, um espaço nosso. O governo está finalizando o aluguel de um prédio no SIA, que apesar de não ser o ideal, colocará nossos estudantes mais próximos de suas famílias”, salienta a diretora.

Promessas do governo - De acordo com o engenheiro Antônio Renato Cavanhaque, a solicitação da Secretaria de Educação é que a Subsecretaria de Administração Geral resolva os problemas. Segundo ele, já existe uma licitação no valor de R\$ 11,826 milhões e o governo aguarda apenas o contrato para que a reforma na EAPE possa ter início. Sobre a EC 1, o engenheiro disse que um laudo foi encaminhado à Defesa Civil e uma licitação para a con-

tratação de uma empresa especializada no tratamento de gás foi feita. “Em relação às duas demandas, já temos uma licitação em andamento para a reforma da EAPE. A respeito da EC 1, os proprietários do imóvel no SIA estão adequando o prédio para receber uma escola e acredito que os estudantes iniciem o segundo semestre no novo local. A meta é que dia 1º de agosto de 2015 todos estejam estudando no SIA e que voltem para a Estrutural no início de 2016”, promete Antônio Renato.

O deputado Wasny de Roure cobrou uma solução para os dois problemas, salientando que o governo tem uma tarefa a fazer e não pode ficar na prerrogativa das dificuldades financeiras, mesmo porque a maioria dos recursos para a educação são do governo federal. “Não tem desculpa para não se respeitar os direitos e investir na educação. Em relação à EAPE, precisamos que a reforma saia do papel e seja feita imediatamente. A respeito da Escola Classe, a secretaria precisa decidir se é uma reforma ou a construção de uma nova escola. Tenho toda disposição de lutar pela melhoria na educação e vou lutar por isso. Não pode faltar dinheiro para as nossas crianças. Não podemos comprometer nossas gerações vindouras”, analisa o distrital.

A diretora Rosilene Corrêa lembrou que outras escolas no Distrito Federal passam pelos mesmos problemas e que todo estudante merece estudar em uma escola próxima de sua casa e de seus pais. “A educação precisa ter o respeito que merece”.



Comunidade escolar exige solução para os problemas da EC 1 da Estrutural

CONTAS DO SINPRO DE 2014 SÃO APROVADAS EM ASSEMBLEIA

SINDICALIZADOS AVALIZAM NÚMEROS APRESENTADOS PELA DIRETORIA COLEGIADA

No último dia 25 de junho ocorreu a Assembleia Ordinária de Prestação de Contas, no auditório da CUT Brasília. Para professores(as) e orientadores(as) educacionais sindicalizados(as), o Sindicato apresentou números de suas despesas e investimentos, durante todo o ano de 2014.

“Não é um simples fato de ser uma obrigação estatutária, mas praticamos a transparência para que todos(as) os(as) sindicalizados(as) tenham acesso às informações de como os recursos são recolhidos no Sindicato e de que forma esta gestão é feita. Lembrando que o Sinpro abre mão do imposto sindical, portanto nossa arrecadação se faz por meio da sindicalização, ou seja, da contribuição mensal de cada profissional sindicalizado(a)”, diz Rosilene Corrêa, diretora da Secretaria de Finanças do Sindicato.

A assembleia também ser-

viu para os(as) sindicalizados(as) terem ciência da luta sindical e das demandas do Sinpro (inclusive financeiras) para organização da categoria e enfrentamentos diante do governo.

Antes de serem submetidas ao crivo da assembleia, as contas foram aprovadas no Conselho Fiscal, eleito na mesma ocasião em que a Diretoria Executiva do Sinpro (em 2013). “São candidaturas independentes, este conselho é formado por representantes da categoria eleitos(as) para acompanhar, referendar ou não as nossas contas. Este é o primeiro passo, o olhar contábil; o segundo passo, é a assembleia. Além disso, há muitos anos as contas do Sinpro são auditadas pelo ITECON (Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria)”, afirmou Rosilene.

Ao final, as contas foram avalizadas por professores(as) e orientadores(as) educacionais sindicalizados(as) que estavam presentes na reunião.



Transparência: sindicalizados tiveram acesso a todas as informações

O concurso é destinado aos estudantes da rede pública, que poderão participar com apenas um trabalho. No entanto, os(as) professores(as) ou orientadores(as) educacionais poderão trabalhar com vários estudantes. Dessa forma, o(a) mesmo(a) professor(a) poderá ser indicado(a) por vários estudantes e ser premiado mais de uma vez.

O Concurso de Redação faz

parte da Campanha contra a Violência nas Escolas, desenvolvido pelo Sindicato desde 2008 e tem como objetivo levar os estudantes da rede pública do DF a refletirem sobre as causas, consequências e soluções para a violência no ambiente escolar, problema que afeta a sociedade como um todo.

Para saber mais, entre no site www.sinprodf.org.br ou ligue no telefone 3343-4229.

VI CONCURSO DE REDAÇÃO DO SINPRO

IDOSO/JOVEM
TIPO FÍSICO

GERACIONAL
DIVERSIDADE
DEFICIENTE
ETNICO-RACIAL
DIVERSIDADE
IDOSO/JOVEM
ETNICO-RACIAL

DIVERSIDADE

DISCRIMINAÇÃO
P R O D U Z

VIOLÊNCIA

CLASSE SOCIAL

DEFICIENTE

IDOSO/JOVEM
BULLYING

DISCRIMINAÇÃO SERÁ O TEMA DO VI CONCURSO DE REDAÇÃO DO SINPRO

AO TRABALHAR O TEMA “DISCRIMINAÇÃO PRODUZ VIOLÊNCIA”, ESTUDANTES PODERÃO DISCUTIR PROPOSTAS PARA DIMINUIR ESTES CASOS DE AGRESSÃO. INSCRIÇÕES TERÃO INÍCIO NO DIA 7 DE AGOSTO

A discriminação é um dos grandes causadores da violência na sociedade e também no ambiente escolar. Falar sobre o tema é discutir formas de diminuir casos de agressões físicas, verbais e até mesmo mortes.

Nesse sentido, o Sinpro lança o VI Concurso de Redação e Desenho, que este ano terá como tema: **Discriminação produz violência.**

Para desenvolver o trabalho, os estudantes poderão discorrer sobre alguns aspectos que geram discussão: gênero, raça, etnia, classe social, deficiência, tipo físico, bullying, relação entre idades (idoso/jovem), geracional, dentre outros.

As inscrições se iniciam no dia 7 de agosto e estarão abertas

a estudantes da educação infantil, de 4 a 5 anos de idade, até aos do ensino médio. As redações e desenhos poderão ser encaminhados com fichas de identificação individual até o dia 2 de outubro para a sede e subsedes do Sinpro, ou deixá-las à disposição dos diretores do Sinpro, que irão buscá-las nas escolas até essa data. Os prêmios serão distribuídos para os estudantes vencedores e aos(as) professores(as) indicados(as) pelos(as) participantes. É importante salientar que os(as) professores(as) que fazem parte da comissão julgadora não poderão ser indicados pelos estudantes. A comissão é formada por professores e orientadores educacionais da rede pública de ensino. Ela receberá os traba-

lhos sem identificação da escola, do nome do estudante ou do(a) professor(a) que orientou o trabalho para garantir a transparência do processo.

Os estudantes da educação infantil, do CEE e classes especiais e os matriculados do 1º ao 3º ano do ensino fundamental/EJA expressarão sua opinião por meio de desenho. Já os estudantes do 4º ao 9º ano do ensino fundamental/EJA e do ensino médio/EJA discutirão a temática na forma de redação.

Os estudantes devem fazer a inscrição via internet para obter o código de participante, que será utilizado na folha de redação como único instrumento de identificação do trabalho.

RECONSTRUINDO A AUTOESTIMA DIANTE DO ESPELHO

ESCOLA DOS MENINOS E MENINAS DO PARQUE COMPLETA 20 ANOS REALIZANDO UM NOTÁVEL TRABALHO COM CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Educar é uma missão prazerosa, porém árdua. Na Escola dos Meninos e Meninas do Parque este conceito é ampliado, humanizado, desde a sua fundação, em 1995.

Em abril, os 20 anos da escola foram motivos de festa. Com a presença de muitos voluntários (inclusive artistas), os(as) professores(as) e funcionários(as) apresentaram trabalhos e conquistas de estudantes(as) e ex-estudantes(as) da instituição, localizada no Parque da Cidade. A data foi ilustrada com uma pipa, fazendo a notória referência de que apenas o céu é o limite, que cada um ali dentro precisa olhar para o alto e entender que pode e deve crescer.

A EMMParque atende a crianças, jovens e adultos que estão na rua. “A escola oferece o ensino formal, mas a maneira que trabalhamos é diferente, pois este estudante, muitas vezes, está com o vínculo familiar cortado, portanto aqui os pais não acompanham o progresso do aluno; nós mesmos precisamos assumir esse papel”, diz Amélia Cristina (Amelinha), a diretora. O(a) aluno(a) chega da rua e começa a frequentar as aulas e, aos poucos, vai se ambientando, pois esta escola precisa respeitar o ritmo de cada aluno(a), que muitas vezes está há anos sem entrar em uma sala de aula.

Desafios pedagógicos - A diretora aponta que a escola é chamada de assistencialista, pois “faz o que os estudantes querem”. Mas Amelinha explica que esta

questão é bem mais complexa do que parece.

“Não tem como um estudante que fica na rua por quatro ou cinco dias chegar aqui e já entrar na sala de aula. Por isso, ele toma banho aqui, ele recebe uma refeição reforçada. Percebemos que essa educação humanizada, que muitas escolas estão em busca, nós já fazemos há muito tempo”, diz.

A diretora enfatiza que tenta quebrar um ciclo para que o(a) aluno(a) deixe de se responsabilizar por ser uma vítima do sistema para que ele não abandone a escola. “Se o aluno xinga a escola ou algum profissional daqui, dizendo que não quer ficar, se eu o suspendo ou expulso, ele vai ter o que quer, que é ficar na rua, vai alegar que ‘a escola não

me quis’. Portanto, o estudante precisa entrar em um lento processo de inserção escolar. Temos

“Nossa missão é possibilitar o ensino formal, estabelecer vínculos através de uma educação humanizada, para que o estudante possa concluir o ensino fundamental”, Amelinha, diretora da EMMParque.

o caso de um aluno que só ficava 20 minutos em sala de aula, mas que aos poucos foi ficando cada vez mais. Tratamos todos muito bem, exatamente para que ele tenha vontade de no dia seguinte, regressar”, afirma.

A diretoria endossa que não há assistencialismo. “Às vezes, um estudante pede um chinelo. Se a gente não dá, ele vai pra rua conseguir. Mas ele não recebe isso de graça, nós não damos. O(a) aluno possui um contrato de estudo, se ele conseguir uma determinada meta presencial, de quantidade específica de horas estudadas, ele recebe. Em cada ação nossa há um ato pedagógico”, diz. O chinelo, assim como outros itens, são viabilizados por doações de voluntários.

A questão da humanização

pode ganhar contornos até então pouco imaginados por quem não frequenta o ambiente escolar. Muitas vezes, o(a) aluno(a) chega lá sem saber comer, habituado a comer com as mãos. Nas aulas de educação física, é ensinado procedimentos de higiene, assepsia bucal, por meio de parcerias com postos de saúde. “Assim que o estudante chega, é analisado todo o histórico dele, não apenas escolar. Mensuramos se de fato ele quer mesmo estudar, sempre trabalhando com dinâmica, respeitando o ritmo de cada um. O conteúdo sai do livro e vem pra vida. Muitos chegam com vergonha de se olhar no espelho e, com o tempo, começam a se reconhecer, ganham confiança como cidadãos”, diz Amelinha.

Regina Célia Pinheiro, diretora de Políticas Educacionais do Sinpro, endossa o caráter diferenciado do ensino dessa escola. “A EMMParque de fato cumpre com os quatro principais pilares da Educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com outros e aprender a ser), sem dar um peso maior a um ou outro. É uma escola premiada, com reconhecimento nacional, que realiza um trabalho importantíssimo”.

A escola oferece o CEDIS (Correção da Distorção Idade-Série) para os anos iniciais, pela manhã. E desde o fim de 2013, oferece a EJA (Educação para Jovens e Adultos), de 1ª a 4ª série e também de 5ª a 8ª série, à tarde. A EMMParque tem respaldo legal para receber estudantes a partir dos oito anos de idade.



Foco da EMMParque é a inserção escolar e social

ENTREGA DE CERTIFICADOS E NOVOS CURSOS DE FORMAÇÃO SINDICAL

ORGANIZADAS PELA SECRETARIA DE APOSENTADOS (AS), HAVERÁ DUAS TURMAS DE SEGUNDA ETAPA - SETEMBRO E NOVEMBRO - E UMA TURMA MAIS AVANÇADA EM AGOSTO

A Secretaria para Assuntos dos Aposentados irá entregar, no segundo semestre deste ano, os certificados dos (as) aposentados que fizeram o curso de formação sindical. No primeiro semestre, a Secretaria ofereceu curso de primeira etapa, no período de 8 a 11 de junho. “O (a) aposentado (a) precisa estar na luta, nos embates que ocorrem porque tudo o que acontece na categoria os (as) afeta também. É por isso que eles e elas têm de estar engajados (as). Caso contrário, todos perdemos”, afirma Sílvia Canabrava, diretora de Aposentados do Sinpro.

“O Sinpro somos todos nós, aposentados e da ativa. Se o Sindicato tem a função de lutar pelas melhorias da categoria não há por

quê o (a) aposentado (a) ficar de fora, pois quando vamos enfrentar alguma demanda, como as das pautas de reivindicações, lutamos pela paridade”, afirma a diretora.

Ela explica que com a participação dos aposentados nos cursos, além do conteúdo, acontece também a socialização. “Os (as) aposentados (as) ficam muito sozinhos. Perdem o entrosamento com os (as) colegas. Os cursos oferecem uma oportunidade de eles e elas conquistarem novas amizades ou reencontrar outras pessoas num ambiente harmonioso e de prazer”, afirma Sílvia.

O Sinpro já realizou 15 turmas de primeira etapa e cinco de segunda entre 2009 e junho de 2015. Vale lembrar que os cursos são realizados apenas para professores (as) e orientadores (as) sindicalizados (as), portanto, para participar não é preciso pagar. A

contribuição financeira mensal dos (as) aposentados (as) é que nos permite fazer esses cursos de formação.

“Sílvia Canabrava é um exemplo desse investimento. Desde que se aposentou, ela nunca deixou de participar das atividades do sindicato, o que a levou a participar de uma chapa e estar hoje na diretoria juntamente comigo e com Francisco Raimundo (Chicão), na Secretaria de Aposentados, traba-

lhando para o fortalecimento da nossa luta. Convidamos a todos e todas a vir participar das atividades com experiência, disposição e conhecimento que possuem”, finaliza Isabel Portuguese.

Com a realização de cursos diversos, como o de formação, informática etc., a participação dos aposentados hoje na vida do Sinpro tem uma diferença incalculável em relação à última década”, diz Isabel Portuguese.



Turma do curso de formação sindical em Caldas Novas



Delzair Amancio da Silva

Diretora de Assuntos de Raça e Sexualidade do Sinpro

Para combater a violência nas escolas, discutir gênero e diversidade, sim

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela – líder sul-africano. Mandela tinha razão. A violência nas escolas é um dado alarmante que faz vítimas diariamente. Um número significativo desses casos tem motivação sexista. É o caso da violência contra mulheres, pessoas negras e comunidade LGBTTT – que se agrava com o descompasso entre o obscurantismo de setores da

sociedade, legisladores (as) e a realidade das escolas. Exemplo disso foi o que aconteceu na votação do Plano Distrital de Educação (PDE). Devido às manifestações de intolerância e ao proselitismo religioso, a ação da maioria de deputados(as) distritais impediu que o texto do plano contemplasse a diversidade que existe nas escolas e na sociedade. Fez, assim, a opção por suprimir da lei a possibilidade de as escolas debaterem estratégias de superação das desigualdades de gênero, orientação sexual e étnico-racial, entre outras. Esse posicionamento se valeu

de mentiras, como a que afirmava que a aprovação do PDE implicaria que as crianças não mais seriam “consideradas” meninas ou meninos ao nascer. Assim, assume a CLDF a condição de cúmplice de todas as violências praticadas contra esses grupos. Esses(as) deputados(as) desconhecem diferentes dados que retratam violências por conta da diversidade de gênero, orientação sexual e cor da pele. A pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (2009), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas,

MEC e Inep, revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%); orientação sexual (26,1%); étnico-racial (22,9%); e territorial (20,6%). Isso mostra que é necessário educar para o respeito às pessoas, indiscriminadamente, independentemente se tais temáticas estejam ou não contempladas no PDE. Se quisermos uma sociedade justa, livre de todas as formas de preconceito e discriminação, sem dúvida, a escola precisa ser um espaço de exercício de democracia e convívio com as diferenças.

CURSO DE INFORMÁTICA

O Sinpro não irá oferecer o curso de informática para os (as) aposentados (as) em 2015. Desde o início do ano, a diretoria para Assuntos de Aposentados vem buscando um local ideal para ministrar o curso nas proximidades da sede do Sindicato no Plano Piloto e em Taguatinga, mas não o encontrou. Além disso, a sede do Sinpro no SIG está passando por uma grande reforma, o que impede a realização do curso em suas dependências.

BAILE DOS APOSENTADOS

O Baile dos (as) Professores (as) e Orientadores (as) Aposentados (as) está previsto para ocorrer no dia 25 de setembro, de 21h às 2h. Este ano, a festa será realizada no Net Live, antigo Marina House, situado na Vila Planalto, próximo ao Espaço da Corte. A mudança de espaço ocorreu em razão da reforma física no Salão de Festa do Minas Brasília Tênis Clube. Posteriormente, encaminharemos comunicado específico sobre este baile.

SINPRO INAUGURA ESPAÇO EDUCADOR CHICO MENDES NA CHÁCARA DO PROFESSOR

O LOCAL APRESENTA AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE ENSINO SOCIOAMBIENTAL PARA EDUCADORES E ESTUDANTES

No dia 13 de junho, ocorreu a cerimônia de inauguração do Espaço Educador Chico Mendes, na Chácara do Professor (Brazlândia). O evento contou com a presença de Ângela Mendes, filha do sindicalista acreano, assassinado em 1988. O Espaço foi construído para apresentar aos(as) educadores(as) e estudantes práticas de sustentabilidade, sendo um local para ação e reflexão, por meio de oficinas. Em um primeiro momento, serão chamadas escolas públicas que já desenvolvem algum tipo de trabalho na área socioambiental. Mas, em seguida, esse acesso

será expandido.

O Espaço começou a ser erguido em 2012 e conta com técnicas de bioconstrução, como explica Sérgio Pamplona, arquiteto que concebeu esse projeto e executou a obra. “Aproveitamos insumos que a própria Chácara do Professor nos oferecia: muitas madeiras de eucalipto, nós tiramos daqui mesmo, pois vimos muitos eucaliptos que estavam caindo, carecendo de manejo. Também fizemos bacias de contenção de água e separamos o barro para realizar esta obra, em que o barro fizesse parte da estrutura”, detalha.

A obra resgata a técnica taipa

de pilada de construção, utilizando pau a pique e garrafas pet, cheias de ar. As paredes foram construídas com superadobe (terras ensacadas) e taipa de pilão (socando a terra entre as tábuas). Os banheiros são compostáveis, nos quais não há uso de água no vaso sanitário. Após o seu uso, joga-se seragem sobre as fezes. O local é voltado para o sol e equipado com chaminés, evitando o mau cheiro. O material retirado é adubo pronto para uso.

O local também conta com teto verde, propiciando conforto térmico e acústico, além do belo visual que proporciona. Há ainda um salão multiuso (construído

de forma semelhante) e uma oca de vivências (feita de madeira e bambu), para diversas atividades. As trilhas ao redor levam o(a) visitante a conhecer diversas espécies de árvores e as bacias de água corrente, que captam água da chuva e das minas.

Carlos Cirane, coordenador da Secretaria de Administração do Sinpro, enaltece essa iniciativa, que é um grande advento para a ecopedagogia. “A diretoria acertou e teve muita sensibilidade e compromisso com a questão social e também a ambiental, saindo um pouco da pauta corporativa. É um movimento mais

humanista, de compromisso com o bem-estar e a sustentabilidade”, ressalta o diretor.



QUEM FOI CHICO MENDES

Chico Mendes nasceu em 1944, em Xapuri, no Acre. Impossibilitado de estudar (pois não haviam escolas na região), ele começou a trabalhar como seringueiro aos 9 anos de idade. Aprendeu a ler anos depois, graças ao amigo e militante comunista Euclides Távora.

O seringueiro fundou o movimento sindical no Acre, em 1975. Participou ativamente das lutas da categoria para impedir os desmatamentos.

Ainda na ditadura militar, Chico Mendes foi eleito vereador pelo MDB. Nos anos seguintes, foi um dos fundadores do PT no Acre. Em 1982, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.



Local para ação e reflexão sobre práticas socioambientais

Como um dos maiores defensores da causa ambiental, irritou os pecuaristas.

No dia 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes morreu baleado na porta de sua casa.

Mas seus ideais continuam mais vivos do que nunca.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA PROFESSORES SINDICALIZADOS

Estão abertas inscrições para todos(as) os(as) professores(as) sindicalizados(as) das escolas públicas que desenvolvem projetos socioambientais. Os(as)

professores(as), inicialmente, passam por uma breve capacitação de três horas e, em seguida, é realizado o agendamento. “No primeiro momento, vão as escolas públicas. Mas achamos importante fazer um projeto que abranja toda a sociedade, incluindo os movimentos sociais e também estudantes de escolas particulares”, afirma Carlos Cirane, diretor do Sinpro.

O intuito é desenvolver atividades para que cada um construa o conhecimento, apresentando as mais recentes contribuições nas práticas ecológicas e sustentáveis, desenvolvendo valores para as novas gerações. Objetiva ainda formar o(a) professor(a), pois assim ele capacita o(a) estudante. Em seguida, o estudante transmite em casa o que vivenciou.

SINPRO AJUÍZA AÇÃO PARA ASSEGURAR ISONOMIA ENTRE MÃE ADOTANTE E BIOLÓGICA

OBJETIVO É ACABAR COM O TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO DADO PELO GDF ÀS MÃES QUE ADOTAM. SINDICATO EXIGE LICENÇA MATERNIDADE PELO PRAZO DE 180 DIAS PARA TODAS

A Secretária para Assuntos de Saúde do Trabalhador do Sinpro ajuizou, em maio, uma ação civil pública com o objetivo de igualar o prazo da licença adotante ao da licença maternidade. A ação nº 2015.01.1.058165-0 é uma resposta ao tratamento discriminatório dado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) às mães que adotam. É importante salientar que as crianças necessitam dos mesmos cuidados, independentemente da natureza do vínculo com os pais, biológicos ou adotivos. Mesmo assim, o GDF tem reduzido as condições de os pais permanecerem com seus filhos no período inicial de sua convivência. O artigo 26 da Lei Com-

plementar 769 do Distrito Federal dispõe que a licença para as mães adotantes deve ser concedida em período decrescente, que pode chegar a apenas 1/6 da licença concedida às mães biológicas. Dessa forma, o Sinpro propôs a ação civil pública com fundamento nos preceitos constitucionais que impedem a discriminação entre os filhos biológicos e adotivos, no intuito de condenar o Distrito Federal a conceder, independentemente da idade da criança e do gênero do servidor, a licença maternidade pelo prazo de 180 dias àquele que adota.



Para o advogado Vinícius Nóbrega, do Sinpro, a restrição por idade disposta na Lei Complementar 769 do DF é incompatível com a Constituição Federal e não deve ser aplicada, pois “de modo expresso, no artigo 227, parágrafo 6º, a Constituição Federal veda qualquer discriminação entre os filhos biológicos e adotivos, ainda mais quando a licença maternidade não é só direito da mãe, mas também do filho, que indiscutivelmente necessita de cuidados para sua adaptação”.

Caso sejam procedentes os pedidos, a decisão corrigirá outra discriminação histórica, que é o fato

de os servidores do sexo masculino não terem tal direito consignado na Lei Complementar 769. Isso é incompatível com o conceito moderno de família que, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 4.277 e da ADPF 132, abrange pessoas do mesmo sexo, bem como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes ou somente um dos pais.

“O trabalho da mãe biológica e da mãe adotante é o mesmo. Sempre reivindicamos que seria necessária a paridade no tempo porque a única coisa que difere é a questão biológica, mas a questão afetiva e os cuidados que a criança necessita são os mesmos”, ressalta a diretora da Secretaria de Saúde do Sinpro, Gilza Lúcia.

PROFESSORA CONTA SUAS EXPERIÊNCIAS POR MEIO DA LITERATURA

COM 29 LIVROS ESCRITOS E 25 ANOS DEDICADOS À EDUCAÇÃO, HILDA MENDONÇA DILUI UM POUCO DE SI NOS PERSONAGENS DE SUAS OBRAS

Escritora, professora aposentada e entusiasta da literatura brasileira, Hilda Mendonça utiliza da escrita para falar um pouco das experiências vividas ao longo da vida. Natural de Alpinópolis-MG, em 1975, a educadora mudou-se

para Brasília após ser aprovada em concurso para a rede de ensino do Distrito Federal.

Desde então, trabalhou em Taguatinga como professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira durante 25 anos e vem

retratando suas experiências em livros. Ao todo foram 29 obras escritas nos mais diversos gêneros, como folclore, contos, crônicas, poesias, novelas, romance e literatura infantil.

Durante o período de magistério, participou do projeto “Leitor Criador”, das escolas públicas do DF, e do projeto Luz e Autor em Braille (PLAB), da biblioteca Braille Dorina Nowill. Recebeu várias homenagens ao longo de sua carreira, destacando-se a escolha de seu nome para a biblioteca do CEM-EIT Taguatinga, que passou a se chamar Biblioteca Hilda Mendonça. Além disto, é membro fundadora da Academia Tagua-

tinguense de Letras, cadeira nº 4, patrono Humberto de Campos.

Em “A Grande Virada”, sua mais recente obra, a escritora volta aos anos 2000, em pequenas cidades de Minas Gerais e de Brasília, cenário onde acontece uma história de amor entre uma médica e um músico. Segundo Hilda, a obra surgiu a partir de uma observação, como professora de literatura, de que os autores não possuem o hábito de registrar as passagens de século, ou dos anos.

Influência do Sinpro

Diluindo um pouco de si em todos os personagens e histórias escritas, Hilda Mendonça revela

que começou a escrever ainda muito jovem e o Sinpro tem muita influência nessa carreira. “Não costumava apresentar meus textos ao público e, na década de 80, o Sinpro lançou um concurso de contos. Fui premiada em três anos consecutivos e assim comecei a me considerar uma escritora”, brinca Hilda, complementando que o espaço do Sinpro é um incentivo aos escritores, já que grande parte dos escritores de Brasília são professores(as). “Quando o Sindicato dos Professores realizava este concurso revelou muitos autores, alguns com notoriedade nas letras brasilienses. Creio que está na hora de voltar com este projeto maravilhoso”, finaliza.





“VAI SER BOM PRA DANÁ”



ESTÁ CHEGANDO O 12º ARRAIÁ DO SINPRO

A FESTA SERÁ, NOVAMENTE, NA CHÁCARA DO PROFESSOR, COM SHOWS DE FALAMANSÁ, CHINELO DE COURO E DJ BLACK ROQUE.

No dia 15 de agosto, ocorre o 12º Arraiá do Sinpro. A festa será na Chácara do Professor, a partir das 17 horas. O evento contará com shows dos grupos Falamansa e Chinelos de Couro, além de muita boa música com o DJ Black Roque, garantindo a diversão

noite adentro. Além das apresentações musicais, esta festa agostina é um evento para toda a família, com inúmeras opções para a criançada, como atesta Marco Aurélio Rodrigues, diretor do Sinpro.

“A festa começa às 17 horas, exatamente para proporcionar que as crianças possam se diver-

tir. Teremos a fazendinha, com vários animais, touro mecânico, passeio de carroça, pau de sebo, são atrações que resgatam um verdadeiro arraiá”, afirma.

O arraiá terá uma grande fogueira, comidas típicas, dançarinos e todo ambiente que resgata a cultura nordestina. As atrações foram escolhi-

das a dedo. A banda Chinelos de Couro, formada apenas por mulheres, se apresenta desde 2012 e possui repertório com canções que passeiam por diversos ritmos, como forró, baião, xote, maracatu, entre outros.

O Falamansa é um dos grupos de forró universitário de maior sucesso no país. Surgiu

em 1998, em São Paulo. Desde então já gravou dez álbuns, sendo o mais recente, chamado “Amigo Velho”, lançado em 2014. Entre os principais sucessos da banda estão “Rindo à toa”, “Xote dos Milagres”, “Xote da Alegria”, “Solução” e “Oh! Chuva”.

Prestigiem! Venham vestidos(as) a caráter!

VEM AÍ O PRIMEIRO FESTIVAL DE MÚSICA DO SINPRO

PROJETO VISA A APROXIMAR ESTUDANTES E PROFESSORES, TRABALHAR A INTERAÇÃO CULTURAL E FORMAR NOVOS TALENTOS

Os festivais de música marcaram uma época de ouro no Brasil, revelando alguns dos maiores nomes da música brasileira. É com essa pitada de saudosismo, entusiasmo e expectativa que o Sindicato lança o primeiro Festival de Música do Sinpro.

Poderão inscrever-se no Sinprofest estudantes, professores (as) e orientadores (as) da rede pública de ensino (com-

positores, autores e intérpretes que estejam regularmente matriculados ou trabalhando nas escolas de todo Distrito Federal). No caso de grupo é necessário que pelo menos um integrante seja comprovadamente membro da rede pública de ensino. Não haverá restrição ou exigência quanto a gênero ou estilo musical. As inscrições serão gratuitas e terão início em setembro, no site do Sinpro. Além do link para a inscrição os interessados terão acesso ao regulamento do festival.

A iniciativa é da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro, com apoio do Festival de Música Popular do Gama (FMPG).

Oficinas

O Sinpro também disponibilizará oficinas aos participantes. O objetivo é possibilitar a aproximação e o contato com a música e seus

elementos por meio de atividades práticas e lúdicas. Serão realizadas atividades de experimentação sonora, percepção musical, canto e percussão corporal, a partir de conteúdos, como duração, altura, timbre, intensidade, pulsação, notação musical alternativa e tradicional, criação musical, entre outros. O grupo “Sucata não é lixo” – Patubatê ficará responsável pelas oficinas, que acontecerão de 3 de agosto a 4 de setembro. As audições ocorrerão a partir de setembro e a culminância do festival em março de 2016, em comemoração ao aniversário do Sinpro.

A 1ª fase da seleção será efetuada por uma Comissão de Triagem, composta por pessoas reconhecidamente ligadas ao meio musical, indicadas pela Comissão Organizadora e pelo Sinpro. Essa comissão selecionará de 20 a 25

artistas/grupos musicais para participarem da fase eliminatória. Na fase semifinal serão selecionadas até 15 grupos musicais, que irão concorrer na fase final. Entre 20 e 25 composições musicais classificadas para a fase final serão integradas à grade de programação da Rádio Comunidade.

Segundo o diretor Marco Aurélio, coordenador da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro, o Sinprofest tem por objetivo incentivar a cultura. “O objetivo deste festival é despertar o interesse dos estudantes para a música, descobrir novos talentos e incentivar a cultura”. A diretora Elaine Amâncio complementa dizendo que o festival atende aos interesses de uma parcela da categoria. Ela ainda revela que tais atividades pedagógicas possuem potencial considerável no processo de revelação de

talentos, formação de plateia, elemento de combate à violência e ao preconceito nas escolas e comunidades, além da valorização dos indivíduos e da possibilidade de integração social com resgate da autoestima individual e comunitária.

“Este festival representa uma tentativa diferenciada de aproximar estudantes e professores(as) de atividades lúdicas, mas que trabalhem a interação cultural das cidades. É mais um projeto da Secretaria de Cultura, que além de prazeroso visa a resgatar a cultura da música dentro das escolas, bem como a interação das várias unidades de ensino sem deixar de projetar os novos talentos para além dos muros das escolas, uma vez que as 15 melhores canções serão amplamente divulgadas”, finaliza. Mais informações nos telefones 3343-4200 e 3343-4209.

Calendário Escolar 2016 – Proposta A

JANEIRO 	FEVEREIRO 11 dias letivos 	MARÇO 21 dias letivos 	ABRIL 20 dias letivos
MAIO 20 dias letivos 	JUNHO 22 dias letivos 	JULHO 06 dias letivos 	AGOSTO 23 dias letivos
SETEMBRO 21 dias letivos 	OUTUBRO 20 dias letivos 	NOVEMBRO 19 dias letivos 	DEZEMBRO 17 dias letivos

CONVENÇÕES	DIAS LETIVOS	FERIADOS	RECESSOS
<> Férias coletivas	Fevereiro 11	01/01 Dia mundial da paz	04/01 a 06/01 Recesso dos professores e estudantes
▽ Apresentação dos professores	Março 21	09/02 Carnaval	08 /02 Recesso escolar
∩ Início do ano letivo	Abril 20	25/03 Paixão	10/02 Recesso escolar 24/03 Recesso escolar 27/05 Recesso escolar
∪ Término do ano letivo	Maiio 20	21/04 Tiradentes/Aniversário de Brasília	09/07 a 28/07 Recesso escolar para professores e estudantes
Semana de Educação para a Vida – Lei nº 11.988/2009	Junho 22	01/05 Dia do Trabalhador	BIMESTRES
Dia da Ed. Infantil – Lei. Nº 4.681/11	Julho 06	26/05 Corpus Christi	1º Bimestre: 15/02 a 27/04
∩ Término do 1º semestre letivo	1º semestre 100	07/09 Independência do Brasil	2º Bimestre: 28/04 a 08/07
∪ Início do 2º semestre letivo	Julho 01	12/10 Nossa Senhora Aparecida	
▽ Dia da consciência negra (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003)	Agosto 23	15/10 Dia do professor	3º Bimestre: 29/07 a 07/10
Recesso escolar para alunos e professores	Setembro 21	02/11 Finados	4º Bimestre: 10/10 a 22/12
Encontro Pedagógico	Outubro 20	15/11 Proclamação da República	
◇ Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência – Lei nº 1.133/2005	Novembro 19	30/11 Dia do Evangélico	
□ Avaliação final de 2015	Dezembro 16	25/12 Natal	
∩ Avaliação pedagógica do semestre/ Reunião com a comunidade escolar/ dia letivo temático	2º semestre 100		
◇ Dia do Orientador Educacional	Ano letivo 200		
◇ Olimpíadas de Matemática/OMEP/Dia letivo temático			
↑↓ Escolha de turmas			
Dia Letivo Móvel: As escolas terão até o dia 1º de abril que realizar consulta sobre a mobilidade destes dias. Estes dias são letivos e de trabalho normal, contudo a escola pode optar por trata-los como recesso, tendo que recompor o(s) dia(s) letivo(s) dentro do mesmo semestre. Feriados e domingos não poderão ser usados nesta eventual recomposição.			
Semana de Conscientização do uso Sustentável da Água nas Escolas da Rede Pública de Ensino do DF (Lei nº 5.243 de 15/12/13)			




Calendário Escolar 2016 – Proposta B

JANEIRO							FEVEREIRO 11 dias letivos							MARÇO 22 dias letivos							ABRIL 20 dias letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					01	02		01	02	03	04	05	06			01	02	03	04	05						01	02
03	04	05	06	<07	08	09	07	08	09	10	11	12	13	06	07	08	09	10	11	12	03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30	28	29						27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30
31																											

MAIO 21 dias letivos							JUNHO 22 dias letivos							JULHO 04 dias letivos (01 dia letivo)							AGOSTO 23 dias letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
01	02	03	04	05	06	07				01	02	03	04						01	02		01	02	03	04	05	06
08	09	10	11	12	13	14	05	06	07	08	09	10	11	03	04	05	06	07	08	09	07	08	09	10	11	12	13
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27
29	30	31					26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30	31			
														31													

SETEMBRO 21 dias letivos							OUTUBRO 20 dias letivos							NOVEMBRO 19 dias letivos							DEZEMBRO 17 dias letivos						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				01	02	03						01			01	02	03	04	05					01	02	03	
04	05	06	07	08	09	10	02	03	04	05	06	07	08	06	07	08	09	10	11	12	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	09	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31
							30	31																			

CONVENÇÕES		DIAS LETIVOS		FERIADOS		RECESSOS	
<>	Férias coletivas	Fevereiro	11	01/01	Dia mundial da paz	04/01 a 06/01	Recesso dos professores e estudantes
▽	Apresentação dos professores	Março	22	09/02	Carnaval	08 /02	Recesso escolar
∩	Início do ano letivo	Abril	20	25/03	Paixão	10/02	Recesso escolar
∪	Término do ano letivo	Maio	21	21/04	Tiradentes/Aniversário de Brasília	07/07 a 28/07	Recesso escolar para professores e estudantes
□	Semana de Educação para a Vida – Lei nº 11.988/2009	Junho	22	01/05	Dia do Trabalhador	BIMESTRES	
∩	Término do 1º semestre letivo	1º semestre	100	07/09	Independência do Brasil	1º Bimestre: 15/02 a 26/04	
∪	Início do 2º semestre letivo	Julho	01	12/10	Nossa Senhora Aparecida	2º Bimestre: 27/04 a 06/07	
▽	Dia da consciência negra (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003)	Agosto	23	15/10	Dia do professor	3º Bimestre: 29/07 a 07/10	
□	Recesso escolar para alunos e professores	Setembro	21	02/11	Finados	4º Bimestre: 10/10 a 22/12	
□	Encontro Pedagógico	Outubro	20	15/11	Proclamação da República		
◇	Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência – Lei nº 1.133/2005	Novembro	19	30/11	Dia do Evangélico		
□	Avaliação final de 2015	Dezembro	16	25/12	Natal		
□	Avaliação pedagógica do semestre/ Reunião com a comunidade escolar/ dia letivo temático	2º semestre	100				
□	Dia do Orientador Educacional	Ano letivo	200				
□	Olimpíadas de Matemática/OMEP/Dia letivo temático						
↕	Escolha de turmas						
□	Dia Letivo Móvel: As escolas terão até o dia 18 de março que realizar consulta sobre a mobilidade destes dias. Estes dias são letivos e de trabalho normal, contudo a escola pode optar por trata-los como recesso, tendo que recompor o(s) dia(s) letivo(s) dentro do mesmo semestre. Feriados e domingos não poderão ser usados nesta eventual recomposição.						
□	Semana de Conscientização do uso Sustentável da Água nas Escolas da Rede Pública de Ensino do DF (Lei nº 5.243 de 15/12/13)						